



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**ITERRA**

**CAMPUS ERECHIM**

**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**EVANDRO DE CARVALHO**

**AS MUDANÇAS DAS MATRIZES PRODUTIVAS NA DÉCADA DE 1990 NA  
REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA E SUA RELAÇÃO COM OS  
ASSENTAMENTOS DO MST**

**VERANÓPOLIS**

**2017**



**EVANDRO DE CARVALHO**

**AS MUDANÇAS DAS MATRIZES PRODUTIVAS NA DÉCADA DE 1990 NA  
REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA E SUA RELAÇÃO COM OS  
ASSENTAMENTOS DO MST**

**TRABALHO DE COLCLUSÃO DE CURSO  
APRESENTADO NO CURSO DE  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
COMO REQUISITO PARA APROVAÇÃO DA  
DISCIPLINA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO  
DE CURSO E OBTENÇÃO DO TÍTULO DE  
LICENCIADO EM HISTÓRIA.**

**ORIENTADOR: ADALBERTO FLORIANO  
GRECO MARTINS**

**VERANÓPOLIS**

**2017**

## Ficha catalográfica

### PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Carvalho, Evandro de  
As Mudanças das Matrizes Produtivas na Década de 1990  
na Região da Campanha Gaúcha e sua Relação com os  
assentamentos do MST/ Evandro de Carvalho. -- 2017.  
72 f.

Orientador: Adalberto Floriano Greco Martins .  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História  
, Erechim, RS , 2017.

1. História econômica regional. 2. Histórico dos  
Assentamentos na Região. I. , Adalberto Floriano Greco  
Martins, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

## Ficha de aprovação

EVANDRO DE CARVALHO

"AS MUDANÇAS DAS MATRIZES PRODUTIVAS NA DÉCADA DE 1990 NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA E SUA RELAÇÃO COM OS ASSENTAMENTOS DO MST"

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Adalberto Greco Martins

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

Banca examinadora: 25/11/2014



Prof. Adalberto Greco Martins



Prof. Márcio Antônio Both da Silva



Prof. Lauro Allan Almeida

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por proporcionar através das conquistas coletivas na Educação minha formação profissional e meu conhecimento. Agradecer o ITERRA pela oportunidade de realizar esse curso em seu espaço físico e pela organização que deixou disponível para o desenvolvimento do curso ao longo desses quatro (4) anos. Agradecer também o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) pelo espaço de trabalho ao longo dos anos e por proporcionar minha auto-organização para a realização de todos os trabalhos do curso incluindo o final.

Lembrar da Turma Eduardo Galeano ou Turma de História pelas amizades e companheirismo construído ao longo desse processo e pelos momentos marcantes que vivenciamos na construção do nosso conhecimento de forma coletiva ou de forma individual. Momentos que ao longo da caminhada nos conhecemos e pudemos avançar no processo de amadurecimento político e pedagógico no sentido do ser educador e historiador.

Agradecer o Camarada Adalberto Martins – Pardal pela disponibilidade intelectual e política/militante desde o primeiro diálogo em relação a pesquisa e seu compromisso com a orientação, acima de tudo agradecer pelo conhecimento adquirido ao longo da pesquisa através das orientações e diálogos.

Agradecer em especial minha companheira **Suelen Menezes de Ávila** pela companhia durante os quatro anos de curso, sempre incentivando e apoiando nos momentos de cansaço e desamino.

Por fim, agradecer minha família, pois essa estrutura me proporcionou ser o primeiro entre muitos da família concluir um curso superior. Agradecer minha Mãe **Marli Nunes Carvalho** pela paciência e compreensão durante todos esses anos, me proporcionando ir até o fim. Meu querido irmão e grande amigo **Leandro Carvalho**. Minhas irmãs e amigas **Débora Carvalho e Vanessa Carvalho** pelos diálogos e risos durante todos os momentos (bons e ruins). Todos me acompanharam nos processos de estudos durante o curso, podendo dividir comigo as angustias, mas acima de tudo agradecer pelo carinho e incentivo que tive ao longo dos anos e isso foi minha motivação cotidiana.

## RESUMO

Este trabalho busca analisar o movimento do capitalismo na região de Bagé, e como a grande propriedade estruturou-se com esse movimento. O objetivo da pesquisa é compreender a influência desse processo na organicidade dos assentamentos do MST nos Municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra. Para a realização dessa pesquisa foram analisados dados estatísticos, fontes secundárias da história econômica da Região da Campanha Gaúcha, documentos e textos que analisam as mudanças nas relações de classes no campo e a consolidação do capital financeiro na agricultura, expressado assim no agronegócio. A pesquisa foi realizada através de estudos e diversas entrevistas e diálogos com assentados, técnicos e dirigentes do MST na região. Como resultado, constata-se que a modernização do campo na região está condicionando a grande propriedade a articular sua principal atividade econômica histórica: a criação de gado extensivo com o arrendamento para o cultivo da soja. Dentro dessa relação estabelecida identifica-se um conjunto de agentes que controlam a cadeia produtiva na região. Essa realidade está alterando as relações de produção dentro dos assentamentos.

Palavras-chave: Assentamento. Agricultura. Agronegócio. Arrendamento.

## RESUMO

Este trabajo busca analizar el movimiento del capitalismo en la región de Bagé, y como una gran propiedad, se estructuró con ese movimiento. El objetivo de la investigación es comprender la influencia de ese proceso en la organización de los asentamientos del MST en los Municipios de Aceguá, Candiota y Hulha Negra. Para una encuesta de esta investigación se analizaron datos estadísticos, fuentes secundarias de la historia económica de la Región de la Campaña Gaúcha, documentos y textos que analizan como cambios en las relaciones de clases en el campo y la consolidación del capital financiero en la agricultura, expresado así en el agronegocio. La investigación fue realizada a través de estudios y diversas entrevistas y diálogos con asentados, técnicos y dirigentes del MST en la región. Como resultado, se constata que una modernización del campo en la región está condicionando una gran característica como una característica principal de la historia económica: la crianción de ganado extensivo con un arrendamiento para el cultivo de la soja. Dentro de la relación establecida identificamos un conjunto de agentes que controlan una silla productiva en la región. Esta realidad está alterando las relaciones de producción dentro de los asentamientos.

Palabras clave: Asentamiento. Agricultura. Agronegocio. Alquiler de habitaciones / Piso Compartido



## LISTA DE TABELA

**Tabela 1:** Relação de assentamentos por município e número de famílias assentadas

**Tabela 2:** Dados da previsão de safra 2017/2018 dos municípios pesquisados.

## **LISTA DE SIGLA**

**CAMAL** – Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda

**COONATERRA** – Cooperativa agroecológica nacional terra e vida Ltda

**COOPERAL** – Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda

**COOPCARNES** – Cooperativa Industrial e Comercial de Carnes e Derivados Ltda

**COPTIL** – Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda

**COPTEC** - Cooperativa de Trabalho e Serviços Técnicos Ltda

**EMATER** – Associação Riograndense de Empreendimento e Assistência Técnica e Extensão Rural

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PRONAF** - Programa Nacional pra Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E AS MUDANÇAS DAS MATRIZES PRODUTIVAS NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA: ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA .....</b>	<b>16</b>
2.1 A OCUPAÇÃO RESSENTE NOS DISTRITOS DE BAGÉ PELOS COLONOS ALEMÃES .....	26
2.2 A DESAPROPRIAÇÃO DO LATIFÚNDIO E A CHEGADA DOS ASSENTAMENTOS DO MST NA REGIÃO.....	28
<b>3. O AGRONEGÓCIO E SUA ESTRUTURAÇÃO NA REGIÃO DE BAGÉ.....</b>	<b>34</b>
3.1 AS ARTICULAÇÕES DO LATIFÚNDIO PECUÁRIO E A NOVA FORÇA REPRESENTADA PELOS AGENTES ECONOMICOS DA SOJA.....	41
3.2 AS AÇÕES DA EMBRAPA E DA EMATER NA COLABORAÇÃO (OU NÃO) NA ENTRADA DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO.....	49
<b>4. A CULTURA DA SOJA E SUA INFLUÊNCIA NA ORGANICIDADE DOS ASSENTAMENTOS DO MST .....</b>	<b>54</b>
4.1 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.....	60
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO 1 GRÁFICOS.....</b>	<b>71</b>

# 1. INTRODUÇÃO

A história econômica do Rio Grande do Sul tem sido estudada nos últimos anos, de forma precisa na interpretação e entendimento sobre os diferentes processos e ciclos econômicos que o Estado vivenciou. Em específico, a história da Campanha Gaúcha apresenta pesquisas em pelo menos três dimensões.

A primeira está relacionada aos avanços técnicos para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, dirigida pelos agentes econômicos da região. A segunda dimensão são pesquisas ligadas a especificidade da transição (pecuária-agricultura), que está acontecendo de forma dinâmica na economia regional. Porém esta dimensão de pesquisa científica tem sido menor. A terceira dimensão é o sentido literário sobre a história dos municípios, muitos historiadores do município de Bagé relatam a história e construção da região de maneira muito particular.

A região de Bagé têm suas peculiaridades históricas. Neste trabalho, busca-se destacar dentro da história economia do Estado do RS, em específico na região de Bagé, as mudanças das matrizes produtivas no final do Século XX e como essas mudanças estão se relacionando com a economia na região e a relação com os assentamentos do MST na década de 1990 em diante.

A configuração estrutural, desta região são as grandes fazendas. A matriz produtiva, até a década de 1970, esteve voltada para a pecuária extensiva, e dessa forma se constituiu as oligarquias rurais na região, muitas delas compostas até os dias atuais. Se constituindo, como forças políticas e econômicas, abrindo espaço para o capital investir de forma organizada nestas matrizes, na prática:

Houve um avanço tecnológico na pecuária e na implantação da indústria na metade do Séc. XX (...) com a criação e organização de frigoríficos, pois a pecuária tem uma baixa com o fim da Segunda Guerra Mundial e logo a necessidade do capital se reorganizar para que a principal fonte econômica pudesse voltar ao alto nível de comercialização (...). (PESAVENTO, 1985, p, 175).

Uma das características da grande propriedade na região hoje é a reorganização da estrutura de campo, adequando a criação extensiva de gado de corte com a grande lavoura. A grande fazenda/estância que historicamente

trabalhou com a pecuária extensiva, hoje está mudando sua principal matriz produtiva até um período, para acrescentar outra forma produtiva, agora o monocultivo da soja.

Essa nova forma de produção na região, tornou-se uma realidade. As articulações econômicas entre os empresários rurais capitalistas estabelece uma relação de dependência ao financiamento de crédito rural, pois isso é necessário para aquisição de insumos (sementes transgênicas, fertilizantes e herbicidas químicos e agrotóxicos) e máquinas agrícolas (tratores, pulverizadoras, colheitadeiras, graneleiros e caminhões).

Neste trabalho, são destacadas as relações econômicas que essas articulações realizam na dominação do processo político-econômico da região. Também quais são as atividades que desenvolvem em torno de seus interesses e como isso se torna hegemonia.

Na pesquisa, busca-se colocar como as pequenas propriedades estão se modificando a partir dessas articulações econômicas. Junto disso a pesquisa mostra a realidade dos assentamentos nas cadeias produtivas desses espaços e como a soja tem influencia na organização interna dos assentamentos e região.

O formato econômico na região tem relação direta com a economia dos assentamentos, pois há uma produção existente nesses espaços que hoje tem se apresentado na produção de grãos e de certa forma movimenta a economia dos municípios.

A realidade da estrutura dos assentamentos tem se modificado a cada década, deixando de articular o que o Movimento Social (MST), discute enquanto proposta de contraponto ao modelo hegemônico na tentativa de retomar a produção de alimentos no assentamento de forma organizada e política.

A metodologia de trabalho foi organizada em três etapas: a primeira a pesquisa do referencial teórico, a partir dos materiais encontrados sobre o tema (artigos científicos, monografia, livros, cartilhas e textos).

Na segunda etapa da pesquisa, foram realizadas 4 níveis de pesquisa, de entrevistas: A primeira com assentado, em locais diferentes, realizados quatro

encontros em assentamentos (Aceguá, Candiota e Hulha Negra). Foram realizadas conversas no primeiro momento, na intenção de ouvir a história econômica de cada família para entender a mudança no processo de produção até migrarem para o plantio da soja. A segunda, com dois membros da coordenação regional. A terceira, aconteceu com duas pessoas da equipe técnica, responsável pela assistência nos assentamentos. O quarto nível, com um técnico da EMBRAPA Pecuária Sul de Bagé, coletando informações e dados.

Dentro dos objetivos específicos deste trabalho foi pesquisar e investigar, como as Empresas ligadas ao Governo Federal e Estadual se responsabilizam no acompanhamento destas articulações. O objetivo é analisar quais ações e auxílios da EMBRAPA Pecuária Sul de Bagé, na ajuda do desenvolvimento e na modernização dos latifúndios da região. No entanto, não somente buscar pesquisar e dialogar com esta empresa, mas analisar a atuação da Associação Riograndense de Empreendimento e Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER dentro desse processo.

As razões que levaram à pesquisa são também inquietações do pesquisador, pois sou assentado na região e militante do MST. Esse trabalho foi estruturado em quatro grandes capítulos. E Buscam esclarecer as hipóteses do projeto de pesquisa realizado anteriormente e entender a partir dos estudos realizados a estruturação dos agentes econômicos ao longo da história e como isso se relaciona enquanto força política na região.

O capítulo 2 é realizado um esforço no resgate da história da Região da Campanha Gaúcha, a partir de aspectos econômicos, considerando as estruturas das charqueadas no Século XVIII (período inicial), e como foi se qualificando a principal atividade econômica da região – a criação de gado. Dentro desse capítulo, se coloca como acontece o formato da pequena propriedade a partir de dois fatores históricos, a colonização alemã e a estruturação dos assentamentos da reforma agrária.

No capítulo 3 desenvolve-se como o agronegócio tem se estruturado na região. Considerando o desenvolvimento do capitalismo e como ele se consolida enquanto hegemonia na agricultura brasileira. Em duas dimensões se trata as

articulações dos principais agentes econômicos da região e o trabalho realizado em torno de seus interesses.

Por fim, no capítulo 4 desse trabalho será discutido a cultura da produção da soja na região e como esse fenômeno tem influencia com a organicidade dos assentamentos da reforma agrária. Com isso será trabalhado uma realidade específica de alguns assentamentos dos municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra.

Contudo, este trabalho ajuda entender o movimento do capitalismo durante o Século XX, até a consolidação do agronegócio, enquanto hegemonia na região e a modernização do latifúndio em suas matrizes produtivas e os impactos dentro dos assentamentos.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E AS MUDANÇAS DAS MATRIZES PRODUTIVAS NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA: ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA**

A História do Rio Grande do Sul tem em suas raízes várias formas de conflitos e lutas pelo território gaúcho ao longo dos séculos, terras que foram em diferentes períodos históricos disputados e explorados por diferentes povos e na sua consolidação final entre tomadas de cidades e controle de territórios pela colonização Espanhola. Por fim a consolidação portuguesa e outras colonizações europeias na metade do século XIX em diante.

As disputas pelo território foram grandes batalhas travadas a partir da colonização espanhola e logo depois pelos portugueses no período de expansão, no Rio Grande do Sul em meados de 1610 em diante.

É importante destacar que as terras sulinas eram controladas segundo Maestri por “três grandes complexos civilizatórios nativos”, sendo no Planalto Meridional e na Serra, viviam comunidades Jês (caingangues), nos Pampas eram território de Charruas e Minuanos e no litoral e faixa central do Estado as comunidades Guaranis (MAESTRI, 2000, p. 49).

O Tratado de Tordesilhas, tratado divisório do mundo entre as duas grandes potências marítimas do século XVI (Espanha e Portugal) tornou o território do RS pertencente a Coroa espanhola, até o Tratado de Madri em 1750<sup>1</sup>. No entanto a chegada dos primeiros habitantes europeus no Estado acontece com a vinda dos padres jesuítas num primeiro momento e a formação das Reduções Jesuíticas no início do século XVII em 1626 até 1640, os padres entravam nas terras com o objetivo de catequisar os indígenas.

A procura de mão-de-obra escrava pelos Bandeirantes proporcionaram grandes conflitos com os jesuítas, pois os indígenas eram a alternativa para as lavouras de cana-de-açúcar em terras do Estado de São Paulo. A partir desses

---

<sup>1</sup> Tratado de Madri de 1750, de acordo com Maestri foi um pacto entre Espanha e Portugal em 13 de Janeiro daquele ano, em Madrid, constituiu uma tentativa pacífica global das desavenças territoriais ibéricas na América. O acordo determinava a passagem do domínio de Sacramento aos espanhóis e a entrega aos lusitanos dos territórios missioneiros ao oriente do rio Uruguai. Nesses anos, decaíra a produção argentífera andina e, portanto, o interesse de portugueses e espanhóis por aquela região. Os espanhóis recebiam também as Filipinas e as Molucas na troca.



conflitos, os Jesuítas acabam deixando as terras e se distanciando para Terras Argentinas e Uruguaias.

Com isso o gado criado nessas Reduções acabou ficando solto pelos campos e o Bioma Pampa natural propício para a criação de gado contribuiu para esse gado crescer e se reproduzir de maneira silvestre. A segunda entrada dos jesuítas acontece em 1682, neste período constroem as estruturas na qual são conhecidas por Sete Povos das Missões.

A região da Campanha Gaúcha historicamente foi marcada pela grande propriedade de terra, tornando assim o gado a primeira fonte econômica do Estado. Porém para entender essa constituição territorial é preciso entender a formação do latifúndio no Brasil a partir das distribuições de sesmarias.

É a partir dessa distribuição que surge o formato e a origem da grande propriedade no RS a partir do Século XVIII.

Ainda no século XVIII em 1720 foram concedidas as primeiras sesmarias no território do Estado nos campos de Viamão e Estreito, porém, somente a partir de 1776 foram concedidas as sesmarias para a Região da Campanha.

Neste período os Luso-brasileiros retomam alguns territórios através do exército (Forte de Santa Tecla – Bagé, Rio Grande e a Campanha), também acontece à assinatura de outro Tratado: o **Tratado de Santo Idelfonso**, em 1777<sup>2</sup>.

Com essa retomada acabam expulsando os espanhóis, por isto as sesmarias foram preferencialmente para os militares, até como forma de pagamento por estes serviços. Mas certamente, outros se beneficiaram destas sesmarias, como por exemplo, antigos Tropeiros.

Com as Sesmarias, instituíram-se no RS, as Estâncias. Isto significa dizer que agora não se trata mais de arrebanho de gado xucro (solto), mas trata-se da CRIAÇÃO de gado. Isto é muito importante, pois as Estâncias e sua criação de gado, será a base material para a constituição das Charqueadas a partir de 1780/90.

---

<sup>2</sup> Tratado assinado em 1º de outubro daquele ano, reconhecia a soberania espanhola sobre a Colônia do Sacramento e sobre as Missões, em troca a retirada espanhola de Florianópolis – Santa Catarina ocupada por oito meses desde 1776.

A região da campanha gaúcha foi formada por fazendas organizadas para a produção da pecuária em grandes extensões de terras. De acordo com Pesavento (1986, p. 15), “Esta forma de estruturação vem sendo reorganizada desde o Século XIX, pois a economia gaúcha por um grande período esteve voltada para a produção das charqueadas ainda no Séc. XVIII (...)”.

Nesta parte sudeste/sudoeste do Estado do RS situando-se nas costas fronteiriças com Uruguai e Argentina, onde esses países vizinhos foram os grandes concorrentes nas disputas pela venda e comércio internacional do charque e da carne.

Essas atividades produtivas foram a grande norteadora da economia Sulina até o início do Séc. XX. “(...) Até o início do século XX a pecuária (e com base nela as charqueadas) foi a principal atividade econômica gaúcha e o principal produto exportado pelo Rio Grande do Sul (...)” (JANSEN, 2010, p. 02)

A Campanha Gaúcha inicia sua estruturação com as grandes Estâncias, mesmo este território sendo palco de grandes e constantes disputas entre espanhóis e portugueses, a conquista se dá a partir de um rompimento definitivo e quebra do equilíbrio regional com a Coroa Espanhola.

Segundo Rocha, esse latifúndio predominante originou-se devido dois fatores.

O primeiro a estratégia militar de ocupação do território e a existência na região de inúmeros animais vacuns *a solta*, que foram incorporados *naturalmente* nas atividades produtivas das estâncias. E outro fator deve ser considerado na justificativa da prevalência quase que exclusiva na cultura pecuária pelos estancieiros, pode ser atribuído à inadequação de parte das terras da região para o cultivo de lavouras. (ROCHA, 2010, p. 03-04)

No entanto, essa tal “inadequação de parte das terras para o cultivo de lavouras” refere-se a uma falta de tecnologia, para lidar com as gramíneas (pasto) do que um problema de fertilidade das terras. Portanto, é necessário interpretar essa afirmação de Rocha que havia inadequação das terras da campanha. As terras da campanha foram pouco exploradas para a agricultura, mas isso não se refere à inadequação, porém não havia técnicas que pudessem ser adotadas para o cultivo de agricultura. Nos (século XVIII e XIX) eram uma preparação e conhecimento específico para fazer cultivo em terras de florestas e não em pastagem.

O gado silvestre solto nos campos do pampa e a extração desses animais ainda pelos espanhóis é que proporcionou a construção desses espaços para fins de uso, descanso do gado e dos peões/campeiros. Essas estruturas chamadas de Estâncias ou Fazendas são espaços que ao longo do tempo foram sendo adequadas, com isso a agricultura passou a ser desenvolvida e praticada para adequação dos animais.

A Estância se constituiu na região da campanha como uma estrutura habitada por peões, fazendeiros, embora esse espaço fosse reduzido e pequeno, desta maneira precisava ser autossustentável. Havia dentro dessa estrutura uma forma independente de desenvolvimento em torno dela mesmo, pois essa estrutura foi à base para o surgimento da propriedade privada, também surge à figura do estancieiro/fazendeiro que procurava um maior número de agregados/empregados (peões/nativos escravizados e homens livres) em torno de sua fazenda.

Nesse espaço aparece a configuração do trabalho para a produção no campo e produção de bens de consumo e produtos para o trabalho no manejo dos animais (gado, cavalos, ovinos), mas também na construção das casas dos senhores, galpões para as atividades gerais e espaços para alojamentos e moradia dos peões.

Nesta Fazenda/Estância havia diversas formas de trabalho e cultivos para a manutenção do espaço, com esse trabalho era possível realizar e produzir boa parte das demandas necessárias para dentro dela não só alimentos, mas também materiais para construção e para os arreios dos animais e alguma metalurgia (construção de estribos, freio bucal para os cavalos, ferros de marcação dos animais, utensílios de cozimento, etc).

Em 1779 iniciou-se o período e estruturas das Charqueadas, assim como a construção de espaços adequados para o abate dos animais e o processamento e transformação da carne em charque. Esses estabelecimentos foram se constituindo a partir da crise no Nordeste brasileiro provocado pela grande seca em 1777, fenômeno que ocasionou a morte muitos rebanhos de gado que garantia a sustentação da escravidão nas grandes fazendas do Sudeste.

Outro fator decisivo para a Charqueada Gaúcha foram as guerras de independência do Uruguai, entorno de 1805/08. Esta luta pela independência

desorganizou o polo saladeiril do Uruguai e parte do gado ali existente migrou (contrabando, roubo) para as fazendas do RS.

O primeiro grande estabelecimento de charque no Estado surge na cidade de Pelotas, cidade esta ligada a Campanha Gaúcha e próximo ao mar. Foi nessa região que concentrou a maioria dos polos saladeiril e a partir dessa atividade econômica no Estado que a adequação pastoril na grande fazenda ganha força, pois havia uma demanda de técnicas de manejo do gado para carne de qualidade para as charqueadas.

É importante destacar aqui que os espaços para essa atividade econômica exigiu a mão de obra escrava até a crise final da escravidão no Brasil<sup>3</sup>. No RS a carne passou ser a principal fonte econômica das Estâncias, no entanto muitas lacunas no transporte do gado em pé foram sendo presenciada, pois a tropiada com o gado a muitas distâncias percorridas desgastavam os animais, assim como o transporte naval.

O estabelecimento de fazendas de criação próximas as grandes metrópoles foi a maior dificuldade que os estancieiros da campanha enfrentaram. A solução para isso foi a salgação da carne, “cultura essa milenar” (MAESTRI, 2000).

Na medida em que a economia nacional se desenvolvia a partir do avanço na produção nos grandes polos brasileiros (São Paulo e Nordeste – cana-de-açúcar e o descobrimento do ouro pelos bandeirantes em Minas Gerais e lavouras de café no Rio de Janeiro). A produção do charque na região foi se adequando conforme foi se tornando uma atividade econômica forte no Estado.

O crescente aumento da mão de obra escrava nas grandes lavouras do Sudeste, agora com a cultura do café já instalada, abriu caminho para que esse charque produzido fosse levado para alimentar a escravidão. O charque como principal atividade econômica ganhou mercado nacional por um período, no entanto a política concentrada no centro do país fez com que a economia sulina tivesse um recuo.

---

<sup>3</sup> Esta mão de obra escrava era sazonalmente utilizada nas Charqueadas, pois parte do ano não se fazia charque e esta mão de obra era utilizada na fabricação de tijolos. Por isto, é muito frequente numa Charqueada ter Olarias.

Os impostos cobrados pela Coroa Portuguesa sobre a venda do charque levantou uma negação por parte de uma classe conservadora no Rio Grande do Sul. Havendo assim reivindicações dos criadores pelo barramento dos impostos nas atividades econômicas, (sobre a saída do gado da província e a taxaço do sal). Com o tempo essa reivindicação passou a ganhar força, pois não se obteve respaldo por parte da Corte Imperial brasileira.

A exigência do fim dos impostos sobre a exportação do charque e do couro gerou uma negatividade por parte dos estancieiros, charqueadores. Assim essas elites regionais passaram a lutar por uma independência sulina. Essa luta se transformou numa guerra e tinha como principal objetivo a separação do Estado do RS dos demais territórios ligados à Coroa Imperial.

Essa guerra conhecida por Revolução Farroupilha, ou Revolta dos Farrapos foi aderida pela burguesia maçônica sulina no período de (1835-1845), foi legalizada uma organização administrativa da República Sul-Rio-Grandense independente. Essas batalhas tinham como principais combatentes os índios nativos de diferentes partes do Estado e os escravos negros que foram colocados nas frentes de batalha. Durante dez anos essa guerra proporcionou um grande massacre de nativos e negros no Estado<sup>4</sup>.

Como vimos é com a criação extensiva de gado e mão de obra escrava que se organizou a produção nas grandes propriedades na Região da Campanha. Com a Lei de Terras de 1850, consagrou a grande propriedade, agora privada, tornando-se uma mercadoria.

Todavia nessa região específica (campanha gaúcha) a criação de gado de corte foi a forma econômica mais sucedida entre o final do século XVIII e durante praticamente todo o século XIX.

No final do século XIX, a Charqueada entra numa grande crise, pois o surgimento do Trabalho Livre, mas também porque agora o Uruguai e a Argentina, estão produzindo charque com novas tecnologias industriais e com trabalho assalariado, gerando, portanto, maior produtividade.

---

<sup>4</sup> Neste período teremos a Regência, possibilitando o enfraquecimento do poder central da Monarquia, possibilitando diversas revoltas regionais, com a Cabanagem, no Pará, Sabinada, na Bahia, a Balaiada, no Maranhão, etc.

As Estâncias e as Charqueadas entram no século XX, praticamente quebradas. É nesta crise da Estância de Gado (vinculada a Charqueada) que abriu espaço para surgir o arrendamento capitalista na produção do arroz irrigado em Pelotas. Parte das fazendas de gado foram arrendadas para a produção do arroz irrigado, favorecido pela política macro-econômica de proteção ao café, desenvolvido ao longo da República Velha.

Essas transformações acontece de acordo com a alteração na força de trabalho e nas tecnologias implementadas nas charqueadas, “se inserindo num processo mais amplo de internalização do capitalismo no país”. (PESAVENTO, 1980, p. 41)

Com a I Grande Guerra Mundial (1914-1918) alguns países cresceram economicamente com os conflitos na Europa entre eles Argentina e Uruguai, que foram consideradas regiões ricas na criação de gado.

Neste período no RS se consolida a União dos Criadores Gaúchos<sup>5</sup> se constituindo a partir dos interesses dos fazendeiros de organizar a exportação e, sobretudo o comércio de carne Frigorificada. Por isso a discussão via Governo Estadual foram as ideias para a construção de espaços adequados para tal fim, ou seja, os frigoríficos.

Segundo Pesavento, a Guerra (I Guerra Mundial) atuou sobre a charqueada tal como o restante da pecuária, impulsionando-a transformar-se em frigoríficos. (PESAVENTO, 1985). Algumas lacunas persistiam nos polos saladeiril e encontravam-se estagnadas, havia pouco investimento técnico e as condições de mercado impulsionou e estimulou um avanço e mudança na atividade de criação. Assim surge a ideia de criação de um frigorífico Nacional, impulsionado pela União dos Criados Gaúchos junto ao Governo do Estado.

No entanto algumas empresas internacionais, sobretudo (Norte-americana e Inglesa) já estavam atuando nesse processo de forma estruturada, pois o mercado internacional estava em oscilação nesse quesito, mas também havia uma elevação dos preços dos produtos agropecuários (PESAVENTO, 1985).

---

<sup>5</sup> Fundação Criada em Outubro de 1912, Órgão da classe rural que, sob a Presidência do RS de Alfredo Gonçalves Moreira, difundida a ideia da associação entre as entidades rurais, bem como a proliferação das mesmas no nível municipal.

Essa presença econômica estrangeira causava uma preocupação aos criadores e charqueadores gaúchos, pois na prática não se viabilizava o projeto de construção do frigorífico nacional, essencial para estruturar os interesses econômicos da classe de pecuaristas.

Por outro lado essa iniciativa estrangeira causa impactos nas estruturas econômicas dos pecuaristas, pois o que mais prejudicou foi a não obtenção dos lucros vindos dos preços da carne exportada que estavam favoráveis no mercado.

Também a forma de criação dos rebanhos se modifica. Aconteceram algumas mudanças no processo dentro das Estâncias, pois houve a necessidade de inovar atividades no manejo com o gado não exercido para as charqueadas. Exemplo disso foi a dinamização no processo de criação e a seleção de rebanhos, também a introdução de novas raças e melhoramento da genética.

Pelo menos duas instalações estrangeiras se colocaram no Estado. Uma em Santana do Livramento, com a Companhia Armour e outra em Rosário do Sul, com a empresa Swift, ambas Companhias Norte-americanas.

A penetração do frigorífico estrangeiro na economia pecuária gaúcha contribuiu, em parte, para manter, no momento da guerra, o clima de euforia, uma vez que somente aproximar-se o fim do período é que as manobras baixistas das empresas estrangeiras começaram a revelar-se claramente. Restava, contudo a esperança da realização do projeto nacional, que ainda não fracassara todo. (PESAVENTO, 1985, p. 174)

Mesmo com esse crescimento estrangeiro sendo visto pelos fazendeiros criadores e charqueadores. A ideia da construção de um estabelecimento que pudesse garantir a produção do gado, mas também com esta articulação, os criadores poderiam tirar um maior rendimento da carne. Por isso havia uma expectativa de que os frigoríficos podiam pagar melhores preços aos criadores.

De acordo com Pesavento:

Desde o início do século, umas das grandes pontas de lança do avanço monopolista era o frigorífico, era uma vez que a tecnologia capitalista estava dominando os processos de conservação da carne pelo frio. As grandes empresas dirigiram-se para aquelas regiões do mundo onde encontravam as melhores, maiores e mais baratas reservas de gado e onde se pagavam os operários salários mais baixos: o Prata. (PESAVENTO, 1985, p. 80)

Em 1917 se instala na cidade de Pelotas a Companhia Frigorífica Rio Grande, sendo materializado o desejo dos estancieiros criadores da região, porém esta Companhia funcionou por pouco tempo. Em 1921 acaba sendo adquirida por uma Empresa inglesa da Família Vestey, dando origem ao Frigorífico Anglo<sup>6</sup>.

A partir da década de 1940 essa faixa territorial do Estado foi sendo marcada pela estruturação do capitalismo de uma forma comercial na exploração dos recursos naturais aqui até então a terra com a criação de gado. De acordo com Herrein Jr. ([2010] p. 13) “No RS, a penetração de relações capitalistas nas atividades econômicas foi fruto de um desenvolvimento interno, embora articulado com os mercados externos”.

A partir dos 1960 o RS entra numa nova etapa de crescimento econômica. Com isso a renda passa ser concentrada, aumentando a exploração urbana influenciando no esvaziamento no campo (êxodo rural). Mas precisamente a agricultura do Estado vai se modificar de acordo com a modernização e os investimentos financeiros internacionais.

Segundo artigo do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul nas notas sobre a história econômica do RS a economia se consolida neste período e participa ativamente da articulação nacional.

A análise do desempenho estadual no período indica que o estado não perdeu posição no cenário nacional, sendo traço marcante a abertura crescente para os mercados nacionais e estrangeiros, expressando a efetiva integração do mercado interno brasileiro, que começou em 1930 e foi consolidado nos anos 50, modificando a articulação do regional com o nacional, ampliando os vínculos de interdependência, refletidos nos ganhos de produtividade. Não sendo opção própria essa abertura, no entanto foi bem sucedida a adaptação às exigências do mercado, como pode ser verificado pelas transformações estruturais, acumulação e complexidade crescente na produção, culminando numa pauta de exportações mais sofisticada de produtos industrializados. (Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, 2005, p. 07)

A produção de grãos e agricultura se fortaleceu na metade Norte do RS, e, portanto, foi a região que mais se desenvolveu e se estruturou economicamente, a partir das transformações da agricultura com novas e modernas tecnologias

---

<sup>6</sup> Este frigorífico atuou até 1979, no espaço no qual está situado hoje o Campus da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.



orientadas pelo chamado pacote tecnológico da revolução verde entre anos de 1943 à 1965.

É importante destacar que as plantações de grãos na região norte e no Planalto, se moderniza a partir dos arrendamentos de terra. Neste processo histórico aparecem os agentes políticos nos quais serão representados pelos profissionais liberais (classe média, advogados, médicos), e comerciantes (donos dos engenhos) que com seus capitais urbanos irão arrendar terras dos latifundiários pecuaristas introduzindo o binômio inicialmente Trigo/Soja (só depois Soja/Trigo). Isto ocorreu, pois se descobriu o calcário, como elemento chave no controle da acidez das terras da região do planalto.

Para dialogar com isso o Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, nas notas sobre a história econômica, ressalta que,

A região norte, no planalto, caracterizou-se pela agropecuária em pequena e média propriedade, com produção diversificada, elemento que, em grande parte, desapareceu nas décadas de 60-70, com a expansão das lavouras de trigo e soja. Algumas cidades conseguiram certo crescimento industrial diretamente ligado ao setor primário, como processamento de produtos agropecuários locais e produção de insumos e implementos agrícolas. Ainda na região norte, na sua faixa nordeste, observou-se uma intensa industrialização, com importantes aglomerações urbanas, com o setor primário bem menos expressivo à medida que se acelerava a industrialização, e com um setor terciário relevante. (Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, 2005, p. 08)

De acordo com Sehn e Ilha,

A maneira como o Rio Grande do Sul foi ocupado influenciou bastante na distribuição da população e também no começo das desigualdades entre a Metade Sul e a Metade Norte, pois as regiões de imigração são atualmente municípios com uma economia bem diversificada e possuem o maior contingente populacional. (SEHN, ILHA, 2000, p. 115)

E na retomada desses aspectos econômicos nos quais foram fatores determinantes no crescimento econômico das regiões no RS, é possível analisar também o crescimento populacional dessas regiões conforme a base produtiva regional. (BENETTI, 2007) Organizadas conforme o processo de ocupação do território.

Porém, em relação à região da campanha, em específico na região pesquisada ainda hoje há um número populacional pequeno diante do tamanho de seus municípios.

Neste aspecto deixou a região de Bagé do ponto de vista populacional menor em relação às demais regiões do Estado. Aqui é claro que a forma territorial e a formação da propriedade é determinante para tal ocupação.

## 2.1 A ocupação recente nos distritos de Bagé pelos colonos Alemães

Esta região historicamente marcada pelas oligarquias pecuaristas vivência três fenômenos históricos na demarcação e reestruturação do grande latifúndio e passa a movimentar a economia regional dando um salto econômico significativo com a produção de novas culturas.

O primeiro fenômeno histórico se consolida no início da década de 1920. E aqui é possível destacar que a colonização alemã no território ao longo da historiografia gaúcha tem sido deixada de lado na história.

Em 1925 várias famílias radicalizaram-se no Município conhecido hoje como Hulha Negra esses habitantes que iniciaram as atividades de campo e agricultura. Esses colonos como gostam de serem reconhecidos entraram nas áreas consideradas com muitas vegetações típica da região (chirca e caraguatá). Através do trabalho cooperado as famílias foram preparando o solo para o cultivo da principal produção que estavam dispostos a plantar: o Trigo. Essa colônia quase centenária na região é conhecida como Colônia Rio Negro – “Trigolândia”.

Essa cultura de produção de trigo foi a principal atividade na agricultura trazida pelos pioneiros dessa colônia. O conhecimento técnico trazido da Europa para esse tipo de cultivo foi o principal exemplo de inspiração para a organização do trabalho e foi dessa forma, na qual as famílias se dedicaram a realizar essa cultura.

Assim o Memorial da Trigolândia mostra que,

A colônia ganhou maior desenvolvimento em 1929, com a criação da Estação Experimental Fitotécnica da Fronteira, que fornecia aos tricultores sementes de novas espécies de trigo aclimatadas. Com isso houve períodos de boas safras, mas também períodos de frustrações, como a praga da lagarta, que foi destruidora das plantações. A cultura do trigo apresentou problema de fungos que deixava as espigas como um carvão, perdendo toda sua qualidade. (Memorial da Trigolândia 80 Anos, 2005, p.03)

A origem dessas famílias, assim como a origem da imigração alemã no Estado iniciada ainda no século XIX (a partir da colônia de São Leopoldo iniciada em 1824), esses colonos Alemães se radicalizaram em Pelotas.

Conforme a experiência foi se desenvolvendo na colônia Rio Negro a partir de 1925, alguns colonos tomaram a iniciativa de buscar outros familiares espalhados pelo RS (São Leopoldo e Novo Hamburgo) e outros em Santa Catarina, para também se instalarem na Colônia. Algumas com grau de parentesco, outras vindas com a intenção de produzir alimentos.

No decorrer dos anos o cultivo de trigo foi sendo uma atividade econômica que trouxe um crescimento estável às famílias, assim como despertou atenção de pessoas da própria região. Assim a produção de trigo começa a expandir por toda a Colônia. Ainda hoje a Trigolândia é uma referência econômica no Município de Hulha Negra, como referência de cultura e organização, em especial da produção leiteira.

Outro fator histórico na região foi chegada e permanência de outro grupo de alemães no interior da região em 1950, agora para o interior do distrito de Aceguá e passaram a ser determinante na economia e no processo de desenvolvimento dos distritos de Bagé.

Diferente da história da imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul no início do século XIX, aconteceu uma ocupação do território por um grupo de família oriundos da Alemanha Oriental, mas que se refugiaram na Rússia durante a I Guerra Mundial (1914-1918). Não concordando com o socialismo e suas normas deixaram o país em meados de 1920 e vieram para Santa Catarina orientados pelas crenças religiosas Protestantes.

Esses colonos vieram de navio até localidades de Santa Catarina, porém não havia terras para distribuir para todas as famílias. Com isso houve uma negociação entre os Governos de SC e RS, onde o Governo do RS desapropriou uma área entre os municípios de Aceguá e Hulha Negra realizando o assentamento para pouco menos de 90 famílias, conhecida como “Colônia Nova”.

A principal forma de agricultura ligada a experiência de vida desses camponeses era a produção de trigo. No entanto o clima e o tipo de solo da região foi forçando as famílias a buscarem outras formas econômicas, assim surge a produção ligada a matriz histórica da região: a pecuária e o leite.

A consolidação de uma nova matriz para subsidiar a economia das famílias ligou a produção própria na região com criação de uma bacia leiteira, foi essa a forma de desenvolvimento que as famílias se estruturam possibilitando a região mudar as formas de produção econômica.

Esses colonos alemães organizaram uma cooperativa para o escoamento da produção, assim em 24 de outubro de 1959 criaram a CAMAL (Cooperativa Agropecuária Mista Aceguá Ltda). E foi com ela que as famílias se estruturaram economicamente. Com a chegada dos assentamentos, esta cooperativa beneficiou também muitas famílias no recolhimento e venda do leite em Hulha Negra e Aceguá.

## 2.2 A desapropriação do Latifúndio e a Chegada dos Assentamentos do MST na região

O principal fenômeno histórico que movimentou a região de uma forma em que os grupos e oligarquias pecuaristas iniciam um enfrentamento político, passando a preocupar os latifundiários, foram às desapropriações das áreas improdutivas para fins de assentamentos da Reforma Agrária. A formação e a construção dos primeiros assentamentos a inicia-se partir de 1988.

É importante ressaltar que neste período (década de 1980) em diante a luta pela terra é um processo que ganha força e altera as correlações de forças no Estado do RS, sendo esse Estado considerado o Berço do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Com a conquista dos assentamentos na região surgem diversos desafios para o MST. Os camponeses cientes dos desafios da organização econômico das famílias percebem que a conquista da terra não era suficiente. A resistência das famílias em permanecer na região foi fundamental para que pudessem articular as conquistas diante das forças externas.

A luta pela terra na região de Bagé pode ser dividida em dois ciclos:

- a) Primeiro ciclo dos pioneiros.

Este ciclo inicia-se a partir de 1978, antes inclusive do MST ser organizado. Criou-se o Assentamento Nova Esperança em Hulha Negra, então distrito de Bagé.

Este Assentamento foi fruto de conflitos entre índios e agricultores do município de Nonoai, região do Alto Uruguai. Para amenizar a situação, o Governo José Augusto Amaral de Souza assentou 121 famílias que sobreviveram com a solidariedade de pessoas e entidades apoiadoras da região.

b) A segunda fase desse ciclo

Acontece a partir 1988, fase em que o MST está se consolidando como força camponesa no RS e se organizando em outros Estados do Brasil. Na região houve a chegada das famílias oriundas da Região Norte do Estado, famílias que já exerciam atividades com agricultura, pequenos agricultores, que traziam na bagagem a cultura da produção de grãos e dos produtos típicos das regiões que viviam como colonos em pequenas propriedades.

Os primeiros assentamentos da região segundo o histórico regional foram:

Nova União, com 72 famílias, Santa Elmira, com 53 famílias Conquista da Fronteira, com 91 famílias e Santa Lúcia, com 47 famílias, pertencentes ao município de Bagé. Famílias vindas da região norte do Rio Grande do Sul. Encontraram água salgada, a maior estiagem da história da região num período de 18 meses de estiagem e 3 anos de poucas chuvas, os ventos fortes e precisaram aprender a conviver com o desprezo e o preconceito das pessoas que aqui moravam, mas lutaram e sobreviveram. (Histórico Regional, 2009)

É importante analisar que, a cada ano as famílias e o MST tiveram de ser muito organizados para a luta, pois a materialidade da região apresentou muitos limites e lacunas às famílias. A luta pelas condições de vida e melhorias para os assentamentos foram pautadas dentro organização.

Em março de 1989, as famílias decidiram em assembleia organizar espaços para dar início às aulas nas comunidades de Hulha Negra. No final daquele ano a Escola Santa Lúcia foi legalizada, porém não foi possível articular remuneração às educadoras que se dispuseram a trabalhar com as crianças dentro da Escola. A merenda para as crianças eram articuladas pelas próprias famílias. Após a regularização da Escola, a merenda chegava carregada por cavalo, pois não havia estradas e as que tinham eram extremamente precárias, não havia energia, nem água potável.

Em 1991 um fato marcante para a região, foi a visita do pedagogo Paulo Freire no Assentamento Conquista da Fronteira, em 25 de maio, para lançamento do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos dos Assentamentos do MST.

Em 1992 acontece a emancipação municipal de Candiota, Hulha Negra e em 2000 emancipa-se o distrito de Aceguá. Essas emancipações foram importante para o desenvolvimento dos assentamentos, pois com as prefeituras melhora as condições para superar os problemas de infra-estrutura dos assentamentos, em especial as Estradas, o atendimento a Saúde, etc. E note que a disputa política pelas esferas institucionais no plano municipal, não significa autonomia, mas sim condições de ter maior força política para desempenhar esta disputa.

A partir deste período, o MST e as famílias, concretizam discussões e põem em prática iniciativas que puderam garantir a comercialização da produção dos assentamentos. A criação de cooperativas e outras instituições passam a ganhar força no cenário produtivo, mas também no cenário político do MST na região.

De acordo com o diálogo com uma assentada, as famílias foram se organizando na produção obtendo renda.

Em 1990 a batalha seguiu com a chegada de mais assentamentos. Foi criada a COOPERAL para organização das famílias e comercialização da produção, sendo que a maioria das famílias além de ter na bagagem a cultura de hortaliças em pequenas hortas também inicia a produção de leite. (V.T assentada no Assentamento Conquista do Futuro)

Estas cooperativas, contaram no início com o apoio de uma Entidade Francesa CICDA, que contratou o CETAP para fazer um diagnóstico da região indicando algumas atividades econômicas, além de financiar algumas estruturas, sobretudo veículos.

A produção de semente de hortaliça ali aparecia como sugestão, mas o plantio iniciou a partir da iniciativa de um técnico chamado João Roquet, que junto com o presidente na época da COOPERAL (Zezinho) organizaram o primeiro grupo de famílias para produzir semente de hortaliças para a COOPERAL(Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda).

É importante destacar na organização Histórica da região que a marca Bionatur já existia e pertencia a COOPERAL. Também na primeira metade dos anos

90, as famílias pioneiras, criaram a COPTIL (Cooperativa de Produção e Trabalho Integração Ltda) sendo uma cooperativa coletiva que atua na produção de alimentos e possuíam um mercado na cidade de Hulha Negra.

Também entre 1999 e anos 2000 em diante outras iniciativas discutidas pelas famílias assentadas da região são implementadas. Organiza-se a Rádio Comunitária Terra Livre localizada no Assentamento Conquista da Fronteira, em Hulha Negra, sendo a primeira Rádio instalada em assentamento no Brasil. A COOPCARNE (Cooperativa Industrial e Comercial de Carnes e Derivados Ltda) que trabalha com carnes e derivados (atualmente ela está desativada).

Acontece também a criação da COONATERRA – Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda, em 08 de junho de 2005. Desta forma a marca Bionatur nacionaliza-se passando a ser administrada por essa cooperativa. A luta para a produção de sementes agroecológicas historicamente nos assentamentos tem um papel importante na organização econômica das famílias e no enfrentamento ao agronegócio. Hoje é reconhecida como a mais importante empresa de sementes ecológicas de hortaliças no Brasil e tem aproximado às discussões da produção de alimentos saudáveis dentro dos assentamentos através das sementes agroecológicas.

O segundo ciclo do processo de assentamentos aconteceu entre 1999 à 2002, com o Governo Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores. Para quem estava assentado a dez anos na região as condições dos assentamentos melhoraram significativamente na produção, habitação, estradas, escolas. Bem como a criação de novos assentamentos e a chegada de muitas famílias na região.

Os municípios ganharam mais força na desapropriação dos latifúndios improdutivos e o Estado pôde assentar durante o governo Olívio Dutra mais de 804 famílias na região.

Neste período, no município de Candiota foram seis assentamentos em 2000, cinco assentamentos em 2001 e dois em 2002, num total de 352 famílias. Em Aceguá foram 2 assentamentos em 1999, um em 2001 e um em 2002, total de 73

famílias assentadas. No Município de Hulha Negra<sup>7</sup> há dados, mas com datas de regularização diferentes (COPTec, 2015).

Tabela 1: Relação de assentamento por municípios e números de famílias assentadas

Municípios	Assentamento	Números de famílias	Área total de assentamentos	Antes de 1999 (Famílias)	GOV. Olívio Dutra (1999-2002)
Hulha Negra	28	805	21.032,62	426	379
Candiota	24	693	17.507,33	335	352
Aceguá	6	197	6.705,37	124	73
Total	58	1695	45245,3202	885	804

Fonte: Construída pelo autor. Dados (COPTec, Maio de 2017)

Ao mesmo tempo em que surgem os assentamentos como conquista da luta pela reforma agrária na região, surgem também os acampamentos, com isso o MST passa a denunciar as propriedades improdutivas na região através das ocupações de terra. O MST impulsionado pelas famílias pioneiras assentadas passa também identificar os latifúndios. Terras que poderiam ser disponibilizadas para assentamentos através dessas ocupações de terra.

Hoje os assentamentos da região estão articulados e estruturados de diferentes maneiras seja em torno deles mesmos (individual), da cadeia produtiva do leite, pois essa possibilita uma organização. Mas a produção está organizada de acordo com as condições de cada família e de acordo com o formato do assentamento.

As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias são variadas entre produção agropecuária, trabalho externo assalariado. A renda familiar também está relacionada com a produção no lote e a organização familiar, e aposentadoria. A agropecuária raramente é a única fonte de renda das famílias que precisam complementar a mesma com trabalho assalariado ou recebem aposentadoria ou outros benefícios sociais.

Nos próximos capítulos será abordado a organização das famílias nos assentamentos da região, buscando identificar as relação de produção e trazendo a

<sup>7</sup> Do município de Hulha Negra não foi possível esses dados específicos, pois os documentos encontrados no Site do INCRA (RB - Relação de Beneficiários) Constam que os assentamentos foram somente regularizados em 1999.



forma do processo organizativo das famílias e dos assentamentos. Também no próximo capítulo será investigado como essas forças representadas no agronegócio se articulam na região e como essa estruturação tem influenciado as relações de produção dentro dos assentamentos.

### 3. O AGRONEGÓCIO E SUA ESTRUTURAÇÃO NA REGIÃO DE BAGÉ

No processo de desenvolvimento capitalista, a agricultura mundial passa ser determinante na correlação de forças no cenário político, pois há uma mudança profunda nas relações de classe no campo, nesse contexto se constitui um agente hegemônico na agricultura brasileira que passa a determinar as mudanças na economia e nas relações sociais no campo<sup>8</sup>.

Para dialogar sobre essa nova hegemonia expressa pelo agronegócio é importante destacar as análises que a militância política do MST e outros intelectuais militantes vêm realizando nos últimos anos.

Esta análise é compartilhada para que a base social, sejam as famílias acampadas e assentadas, sejam os estudantes nos centros de formação para que possa se apropriar desse conjunto de fatores que constituiu o inimigo político que alterou a conjuntura e as relações na agricultura brasileira.

A partir de 1950, o capitalismo mundial se configura de uma maneira diferenciada, acelerando as investidas e conhecimentos, “veremos a transparência deste conjunto de conhecimentos para agricultura, através de um método e de uma ideologia, conhecida por Revolução Verde”. (MARTINS, 2016)

Neste contexto a agricultura entra numa fase de produção em grande quantidade, pois a genética, a química e a mecanização foram sendo adequada e adaptada na produção em grande escala.

Mas a segunda metade do século XX presenciara além da transferência das sobras de guerra, e de parte dos conhecimentos bélicos para a agricultura, uma articulação ainda não vista entre estes fatores químicos, genéticos e mecânicos, expressos no que foi chamado posteriormente de Pacote Tecnológico. (MARTINS, 2016, p. 49)

A agricultura brasileira se insere dentro dessas investidas do capital mundial e nessa nova fase de desenvolvimento e expansão tecnológica o capitalismo em meio às crises econômicas, encontra formas de apaziguar as feridas do estado burguês na sociedade. Assim a agricultura passou a ser a saída para os investimentos

---

<sup>8</sup> Sistematização realizada pelo autor, a partir da exposição de Adalberto Martins no Seminário: Construção Histórica da Pedagogia Socialista: Legado da Revolução de 1917 e desafios atuais. Realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema – SP, maio de 2017.

financeiros internacionais, com isso os agentes capitalistas ganham força nessa etapa de redimensionamento do capital.

Essa iniciativa deixou o Estado de fora do processo de controle dos mercados mundiais, com isso as empresas responsáveis pela economia e os mercados ficam com a tarefa de incorporar os investimentos e recursos financeiros na organização econômica mundial, entrando assim numa nova fase política e hegemônica.

Fase essa de liberdade do capital estabelece uma visão socioeconômica de mercado, promovendo assim doutrinas de atuação deixando claro que para isso acontecer a intervenção estatal limitaria a liberdade e impediria que as necessárias diferenças naturais entre os indivíduos surgissem, bloqueando o desenvolvimento da concorrência e do desenvolvimento com liberdade. (MARTINS, 2016)

Conforme as análises do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro elencado dentro do Programa Agrário do MST em 2013/2014 salienta que:

O capitalismo mundial, a partir da década de 1980, ingressou numa nova fase de seu desenvolvimento, sendo agora hegemônico pelo capital financeiro e pelas empresas privadas transnacionais, oligopolizadas, que controlam o mercado mundial das principais mercadorias. Isso significa que o processo de produção de riquezas continua sendo realizada pelo trabalho na esfera da indústria, agricultura e do comércio. No entanto, as taxas de acumulação e de divisão do lucro se concentram na esfera do capital financeiro e das grandes empresas privadas capitalistas oligopolizadas que atuam em nível mundial. (Segundo dados do PNUD - Agência de Desenvolvimento das Nações Unidas, as 700 maiores empresas controlam 80% do mercado mundial!) (MST, 2013, p.09)

Neste contexto que os governos brasileiros da década de 1990 em diante estabeleceram na sua política a entrada desse modelo dentro do país, impulsionado pelo capitalismo mundial. De acordo com Martins, (2016, p. 63) “No Brasil, o modelo do capital financeiro na agricultura, expressou naquilo que se denominou de agronegócio”.

Conforme indicado pelo MST,

O agronegócio é a expressão contemporânea do modelo agrícola neoliberal que não se interessa pela produção de alimentos, que não se interessa por um campo com gente e com comunidades de camponeses, que não se interessa pela reforma agrária e, portanto, por uma proposta de desenvolvimento do campo que democratize o uso e a posse da terra. O que lhe interessa de fato são as grandes extensões de terra, gerando

monocultivos voltados para as exportações, plenamente mecanizáveis, com base em manejos técnicos agroquímicos e biotecnológicos de natureza transgênica. (MST, 2006, p. 03)

A força hegemônica expressa no campo e na agricultura brasileira é representada pelo conjunto de agentes, assim o agronegócio se configura a partir de uma aliança entre esses agentes: as Empresas Rurais Capitalistas, representado pelo dono do latifúndio agora produtivo, as Empresas Multinacionais e os Bancos. Esta aliança controla hoje toda a cadeia produtiva, seja no fornecimento dos suprimentos (insumos, combustíveis, energia), seja na agroindústria, seja nas máquinas e equipamentos para a agricultura.

Toda essa força articulada para que os interesses sejam garantidos e um deles é a produção de commodities, produtos padronizados que são aceitos no mercado mundial. Segundo Martins, na década de 2000 “Os investimentos dos capitais (inclusive internacionais) foram centralizados na expansão da soja, da cana-de-açúcar e do eucalipto para celulose, redesenhando a territorialidade da agricultura”. (MARTINS, 2016, p. 67)

O agronegócio no Brasil dentro dessa configuração da agricultura fortalece cada vez mais as desigualdades sociais no campo, pois aumenta a concentração da terra, blindando assim o latifúndio agora não mais improdutivo<sup>9</sup>, mas que está fortalecendo o monocultivo com sementes transgênicas e o uso de agrotóxicos.

A estruturação na agricultura capitalista se moderniza nas décadas de 70 e 80. Com o Agronegócio se aprofunda as inovações técnicas, em especial com a introdução da informática em diversos setores da agropecuária criando uma agricultura de precisão. Como por exemplo, as colheitadeiras e tratores com computador a bordo. Além da biotecnologia nas sementes (exemplo disto são os transgênicos).

O que muda com o Agronegócio é justamente o controle do capital financeiro nestes diversos setores que atuam as transnacionais subsidiadas pelos Fundos de Investimentos e Fundos de Pensão que as controlam. Diante de todos esses

---

<sup>9</sup> Segundo Oliveira (2004, p. 17) os grandes proprietários de terra embalam seus latifúndios, nas explicações inclusive, de intelectuais progressistas, de que não há mais “latifúndio no Brasil” e sim, o que há agora, são apenas modernas empresas rurais. Alguns mesmos acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tomando seus latifúndios em propriedades produtivas.

controles há uma transformação das atividades de renda que visa o lucro nos mercados.

Também Guilherme Delgado aponta que:

O agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital com a grande propriedade fundiária: a formação de uma estratégia do capital financeiro na agricultura brasileira estrutura-se com a modernização técnica dos anos de 1970. Essa modernização dissemina relações interindustriais com a agricultura, medidas pelo crédito rural subsidiado; este, por sua vez aprofunda no período a valorização da propriedade fundiária, com ou sem modernização técnica. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio das políticas do Estado. (DELGADO, 2012, p. 94)

Dentro das discussões e análises que o MST vem realizando em muitas atividades Nacionais, destaca que esse modelo hegemônico bloqueia as tentativas de Reforma Agrária, ou seja, a distribuição da terra ficou parada e tem acontecido ao longo dos anos 2000.

O período abriu caminho para que o Estado pudesse dar subsídios ao empresário do agronegócio, com isso o crédito rural e o conjunto de subvenções financeiras do governo brasileiro aos diversos programas direcionados a agricultura patronal, fortaleceram as empresas rurais, se tornando a fonte principal para o desenvolvimento dos negócios econômicos desses agentes na agricultura.

Os grandes investimentos econômicos das empresas transnacionais do Agronegócio se apresentam na campanha gaúcha e se articulam com viés das políticas do Estado. Algumas investidas acontecem de forma muito rápida e estruturada. Assim essa hegemonia se articula nos territórios como, por exemplo, dentro das grandes Estâncias/Fazendas com investimentos na tecnologia dentro da pecuária bovina, pois o aumento da exportação de carnes para Países Europeus instigou esses investimentos.

Com isso ainda nos anos 1980 associadas às cadeias agroindustriais ligadas a produção de carne bovina, os (frigoríficos) ressurgem como forma de industrialização e processamento da carne, proporcionando menos despesas com taxas de exportação aos fazendeiros, aumentando assim os lucros dos criadores de gado de corte.

Na região pelo menos três grandes frigoríficos estão instalados. O principal pertence à companhia MARFRIG GLOBAL FOODS, uma empresa que está espalhada em 12 (dose) países e no Rio Grande do Sul se instalou estrategicamente em três grandes municípios produtores de gado de corte (Alegrete, Bagé e São Gabriel).

Além da construção de um espaço no distrito industrial de Bagé, a MARFRIG adquiriu o FRIGORÍFICO PAMPEANO ALIMENTOS S.A no início dos anos 2000, este localizado no município de Hulha Negra. Também outro estabelecimento de abate de animais não região é o MATADOURO FRIGORÍFICO PRODUCARNE LTDA, sendo este contem uma estrutura dentro do município de Bagé.

Esta estrutura especializada nos abates de animais tende a aumentar, pois segundo o site da EMPRAPA Pecuária Sul de Bagé, foi aprovado um investimento de 2 milhões de reais para a construção de um frigorífico de abate específico para ovinos. A área destinada para está construção é pertencente a EMBRAPA Pecuária Sul. É uma iniciativa antiga dos criadores e produtores de ovinos. Para esses criadores há uma expectativa de que essa construção possa beneficiar outros pecuaristas desse ramo.

A articulação dos latifundiários e criadores neste aspecto é o investimento de novas técnicas a partir dos grandes investimentos econômicos, facilitando assim as despesas com o manejo dos animais em períodos sazonais, proporcionando até a criação de gado confinado.

A construção desses frigoríficos e a exigência do Ministério da Agricultura e Abastecimento em relação às normas sanitárias exigem investimentos e técnicas de manejo dos cuidadores, desde o trato/manejo até o transporte dos animais até os locais de abate.

Na década 2000, alguns agentes econômicos externos mexeram com a correlação de força na região. Este fenômeno se diferencia dos anteriores, pois se consolida como uma articulação do grande capital financeiro no Brasil e subsidiado por forças do capital estrangeiro, e passa a ocupar a grande propriedade, porém a produção é um fenômeno novo na região.

Esse fenômeno é aquisição de latifúndios improdutivos pela Empresa Votorantin para plantação de Eucalipto para a celulose. Na região essa ocupação e monocultivo iniciam-se a partir de 2003 nas terras de latifúndios.

Neste contexto, o eucalipto para celulose entrou nas grandes fazendas, não porque estavam endividados, mas, sobretudo porque a região sul (pecuária) estava a mais de duas décadas em crise econômica, sem horizonte, sem perspectivas econômicas e a saída para o latifundiário foi arrendar suas terras para eucalipto, mesmo que isso tenha ajudado o latifundiário com as dívidas.

Também é importante lembrar o papel da Mídia, em especial a RBS, pois esse grupo teve papel importante nesse ciclo do eucalipto na região sul/campanha. A mídia colocou o eucalipto como a redenção, salvação da região, frente à estagnação econômica.

O Rio Grande do Sul foi dividido entre as três grandes empresas que atuavam na celulose: a região metropolitana e os altos dos campos da serra ficariam sob a coordenação da Aracruz; a região sul e campanha com a Votorantim e a fronteira oeste com a Stora Enzo.

Este foi um acordo interno entre estas grandes empresas. Também foi acordado financiamentos para a ampliação da Fábrica de Guaíba (Aracruz) e anunciado a instalação de outra Fábrica na região de São José do Norte (Stora Enzo), porém essa não foi construída, pois a crise internacional de 2008 bloqueou essa construção.

Neste período de 2008 o MST e a Via Campesina no Estado do RS vivenciavam um período de ofensiva do Governo tucano de Yeda Cruzius, com muita repressão, criminalização aos Movimentos Sociais.

Essas empresas atuantes na plantação de eucalipto foram isentas de pagamentos de impostos de mercadorias de exportação, a mão de obra barata possibilitou um crescimento ainda maior em seus lucros.

Especificamente os conflitos entre os assentados e empresas na região acontece em 2006/2007, muita luta contra a plantação de eucalipto foram organizadas, pois essas fazendas ocupadas para os eucaliptos, foram territórios que

o MST já havia denunciado através de ocupações. É importante destacar que o MST a nível nacional nesse período pauta as lutas com objetivos de mobilização contra essas transnacionais.

Não é o objetivo desse trabalho investigar esse fenômeno, porém a partir dessa territorialização do eucalipto sob as áreas improdutivas na região é que se estabeleceu um deserto verde, nas áreas aos arredores dos assentamentos. E também foi um agente que alterou a luta pela reforma agrária no Estado num determinado período.

As famílias assentadas da região começam a sofrer os impactos desse processo nos dias atuais. Durante a pesquisa vivenciei um pouco da realidade na qual os assentamentos tem se deparado.

As fazendas com eucaliptos são vizinhas de muitos assentamentos, principalmente nos municípios de Aceguá e Candiota, sendo que em Candiota vem sofrendo os maiores impactos, pois a pouco mais de dois meses é que as empresas terceirizadas iniciaram os cortes dos matos.

Esse processo tem transformado as estradas de assentamentos em lugares quase inacessíveis por veículos particulares e também prejudicando a rota dos caminhões que realizam o recolhimento do leite naquelas famílias que ainda produzem como principal fonte de renda.

As famílias dos assentamentos que necessitam se deslocar para as sedes dos municípios ficam indignadas com a situação das estradas, muitos caminhões não respeitam o trajeto de carros pequenos. Muitas (toras) de madeiras enormes caem sobre as estradas, obrigando as pessoas que necessitem de passagem retirar para o canto da estrada. Essa mesma situação aconteceu comigo durante as idas aos assentamentos de Candiota.

É notável ver a indignação de algumas famílias com essa problemática e segue abaixo uma expressão de uma companheira assentada sobre essa realidade.

Os impactos do corte do eucalipto na região são péssimos porque não geram emprego, destroem as estradas com cargas e máquinas pesadas deixando buracos enormes e madeiras caídas pelas estradas que certamente podem causar acidentes graves se os motoristas não souberem o que está acontecendo neste lugar. Quem convive neste lugar tem vontade



de quebrar cada caminhão, embora os motoristas sejam pobres trabalhadores, mas desrespeitam o trânsito e sentem-se donos da estrada. É a prova concreta que o agronegócio gera desemprego, concentração de renda, fome e miséria. (T.V. Assentada no Assentamento Conquista dos Cerros, Candiota, Julho 2017).

Portanto, é neste cenário que a pesquisa foi desenvolvida, onde os agentes econômicos subsidiados pelo agronegócio tem se apresentado com notoriedade na Campanha e na “Grande Região de Bagé”<sup>10</sup>.

### 3.1 AS ARTICULAÇÕES DO LATIFÚNDIO PECUÁRIO E A NOVA FORÇA REPRESENTADA PELOS AGENTES ECONÔMICOS DA SOJA.

É importante destacar aqui, que a agricultura na região de Bagé vem se transformando tecnologicamente durante os últimos anos, com isso acontece uma atuação conjunta entre dois agentes econômicos fortes: os criadores de gado e os arrendatários plantadores de soja.

Não se pode afirmar que há uma transição das matrizes produtivas na grande propriedade, mas acontece uma adaptação no campo para que possam estar articulando a produção de gado e o plantio de soja, mesmo que a soja seja uma produção sazonal.

Neste sentido, alguns aspectos da história econômica da região são possíveis retomar para poder entender as articulações desses agentes, pois não só atuam de forma precisa nos interesses ligados a produção e extensão, mas também sua relação com a política regional.

Para compreender os processos históricos da produção é preciso entender o desenvolvimento da produção primária no Estado. De acordo com Jansen,

Entre 1965 e 1975, a produção primária gaúcha teve um rápido crescimento que se deve basicamente à agricultura e principalmente ao cultivo da soja. Em 1970 o Brasil era um dos principais produtores e exportadores mundiais de soja, sendo o Rio Grande do Sul responsável por quase dois terços da produção nacional. A cultura de soja teve rápida expansão na década de 70, trazendo consigo um complexo agroindustrial. O ciclo durou até os anos 80 e mudou a estrutura econômica do Estado. (JANSEN, 2010, p. 03)

---

<sup>10</sup> Grande Região de Bagé: é um dito entre a militância do MST do RS por conta da ocupação da região pelos assentamentos quando ainda os três municípios (Aceguá, Hulha Negra e Candiota) não eram emancipados. Em alguns momentos no texto quando usado é para demarcar que está sendo relacionado com os assentamentos do MST.

No entanto, este ciclo retorna novamente na década de 1990 em diante e a produção da soja no Estado ganha força novamente. Na região de Bagé este ciclo se configura de uma maneira diferenciada, ou seja, estabelece outra relação de produção entre os agentes econômicos da região.

Não pode somente dizer que as dificuldades dos fazendeiros criadores, foram ciclos extensos, pois veremos que além da saída econômica para as crises, Essa relação entre a pecuária e arrendatários rurais favoreceu ambos os envolvidos nesses processos econômicos.

A partir de 1970, na região de Bagé, e em outros municípios em torno, os donos das Estâncias e Fazendas reaproveitam as áreas mais baixas das terras da região chamadas de várzeas terreno, planície extensiva típica para a produção de arroz e iniciam a implementação de uma moderna maquinaria específica para esse tipo de produção, nesse período a lavoura do arroz.

Mas a agricultura nessa região historicamente foi limitada, pois a origem da propriedade e a forma como se constituiu enquanto território, não abriu espaço para a produção da lavoura, se caracterizando como indefinida na forma de ocupação e exploração econômica no quesito agricultura.

Ainda hoje é a região menos populacional do Rio Grande do Sul. E diante da realidade existente, muitas áreas ainda poderiam ser destinadas e desapropriadas para a reforma agrária, pois ainda existem muitas propriedades e algumas improdutivas, outras o eucalipto e a soja dominaram e tomaram conta das áreas.

A grande Fazenda ou a Estância está com uma estrutura ainda mais propícia para atividade de pecuária, tonando assim a forma econômica histórica ainda organizada na região. Há muitos avanços no investimento técnico nessa questão, como já vimos a atividade da criação de gado de corte foi se transformando e se qualificando ao longo da história.

Essa atividade está muito bem articulada entre fazendeiros/criadores, Estancieiros. Essa articulação se estabelece não somente em torno das atividades econômicas, mas torna-se uma forte corrente política, influenciando e articulando-se como agentes políticos. Essa articulação político-econômica em torno da criação de

gado está organizada para garantir os interesses dessa oligarquia pecuarista que se consolidou.

A produção de gado extensivo hoje é uma atividade econômica que está se inovando tecnologicamente. Com isso a criação tem se qualificado de maneira satisfatória para os pecuaristas, principalmente as tecnologias de monitoramento das áreas das fazendas, com isso tem diminuindo os roubos de gado.

Nesse monitoramento, outros investimentos acompanham essa tecnologia como, por exemplo, os brincos bovinos adaptados com chip. Isso proporciona o pecuarista fazer o monitoramento do gado e da sua fazenda de forma computadorizada, na qual a sala e ou a central de monitoramento é um espaço adaptado para a controle via satélite e GPS com sensores de movimento dos animais.

Essas transformações tecnológicas nas Fazendas têm influenciado mudanças na matriz produtiva, pois quando a pecuária se adequou abriu espaço para que, alguns pecuaristas substituíssem áreas destinadas para o gado, agora pela soja. A partir de qual influência econômica isso aconteceu? O aumento do preço da soja por saca nos últimos anos, assim como novas fronteiras comerciais, tornou o mercado brasileiro da soja competitivo.

No entanto, nem sempre o grande fazendeiro é o produtor de grão, mas ele faz o arrendamento da propriedade para granjeiros de outras regiões do Estado, muitos vindos da Região das Missões. Esses arrendamentos segundo informações de empregados de secadores, os arrendatários pagam em torno de 30% da produção ao fazendeiro.

Em três estabelecimentos (fazendas/estâncias) se buscou essas informações, os trabalhadores disseram que o proprietário da terra, realiza a secagem da soja aos arrendatários e em duas propriedades os donos de terra e arrendatários, dividem os gastos com transportes (durante a colheita – até os secadores e depois no transporte para os silos das empresas compradoras).

O que acontece com o gado? O gado está em áreas de coxilhas. O plantio da soja na grande fazenda está sendo realizada nas várzeas das propriedades e nas

áreas com maior quantidade de área plana com menos ondulações. Assim facilita a mecanização das atividades agrícolas em especial a pulverização, muitas delas realizadas com aviações no uso de venenos.

Segundo diálogos com pessoas ligadas às Estâncias da região (peões, tratoristas, alamedores), essa adoção do arrendamento das terras pelos grandes pecuaristas explica-se por uma questão econômica, justificando-se a relação dos gastos com o manejo do solo para a produção de pastagens. O arrendatário da soja deixa limpa a terra após a colheita, pois o excesso de veneno usado faz com que o solo perca sua capacidade de fertilidade do pasto nativo. Assim os pecuaristas diminuem o gasto com óleo diesel e horas máquinas na preparação da terra para outras produções de gramíneas. Em algumas propriedades o plantio direto nas áreas de soja torna-se frequente.

As adaptações das grandes fazendas na produção de grãos passaram na década de 2.000 em diante ganhar força, pois a economia gaúcha de olho para o modelo econômico mundial proporcionou uma redução das áreas de pecuária e um aumento da produtividade com a plantação de grão. Mas claro essa redução é um fator econômico, pois a plantação da lavoura diminui a mão de obra nas grandes propriedades, esse fator se diferencia porque o investimento com as máquinas agrícolas é uma maneira de diminuir custos a aumentar a produção.

Segundo Furstenau os segmentos avançados na produção de bovinos de corte, foi determinante para essa transição das áreas de criação de gado para a plantação de soja. (FURSTENAU, 2005, p. 08) Essa nova estratégia econômica dos pecuaristas, não reduziu a capacidade de produção de gado, pelo contrário acabou aumentando à criação por hectare e diante dessa circunstância a criação de gado confinado<sup>11</sup> passa ganhar força no processo de criação.

Na região da campanha a paisagem da grande propriedade está marcada pelo formato da lavoura extensiva nos dias atuais, essa é uma das grandes lacunas das pesquisas, pois na aparência, se observa que o grande latifúndio esteja mudando as cadeias produtivas na forma de extensão, no entanto, essa aplicação

---

<sup>11</sup> Processo de confinamento são técnicas e regime de nutrição controlado, onde os animais são colocados em espaços específicos para isso (currais). A alimentação é balanceada para que o animal adquira peso dentro do período programado.

da área cultivada não implica necessariamente na redução dos rebanhos. (BENETTI, 2007)

A ampliação dessa agricultura vai muito além da grande propriedade, os impactos da nova força representada na soja são muitos, tanto para o próprio Bioma Pampa, porque tem sofrido com essa cultura de grão, mas principalmente sobre os recursos naturais da região. E o mais impactante são as disputas de espaço na retomada dos territórios de assentamentos e pequenas comunidades históricas.

Segundo uma pequena agricultora da região comenta:

Que os venenos na soja chegaram sem avisar com um modelo hegemônico no país devastando as comunidades que estão abandonadas pelo Governo que não são somente assentamentos que estão abandonados, mas também pequenas comunidades de agricultores. (T.M comunidade do Salso entre Hulha Negra e Aceguá).

Esse relato da pequena agricultora mostra que o avanço na produção das grandes lavouras de soja está cada vez mais frequente na região e para os pequenos agricultores que vivem há muitos anos no interior dos municípios é um fenômeno marcante, também nas colônias alemãs.

Esses impactos tem relação com a maneira que os agentes econômicos da soja tem se estruturado com as demais forças políticas da região. Essas articulações estão sendo pouco analisadas dentro de pesquisas científicas, até mesmo porque o acesso às informações tem sido muito difícil junto a esses agentes envolvidos nessas relações.

Portanto, as análises aqui descritas são interpretações do autor diante das condições materiais da pesquisa, também o que se encontra nas pesquisas científicas na área, são considerações ligadas aos avanços técnico e estrutural que tem sido realizado nessa articulação, realizadas por pesquisadores das próprias Instituições ligadas a esses agentes.

O município de Bagé historicamente tem sido o berço das articulações do grande fazendeiro pecuarista, pois o número de fazendas e estâncias que se estruturaram na região proporcionou uma articulação política forte. São eles quem controlam a pecuária, o trabalho rural assalariado, os engenhos/secadores, as empresas agropecuárias e tornam-se força política dentro dos municípios.

O acesso ao crédito junto aos bancos (Banco do Brasil e Banrisul) tem beneficiado o controle das matrizes produtivas da região (pecuária: na genética das raças de bovinos, exportação e venda do gado vivo, contrato com os Frigoríficos e a produção da soja).

O crédito do Banco do Brasil é custeado conforme a renda mensal de lucro dos beneficiários, assim se fornece financiamentos para investimentos nas áreas de lavoura e pecuária. Também há um convênio entre o Banco do Brasil e as concessionárias de máquinas agrícolas para facilitar, segundo a EMBRAPA o alto desempenho na produtividade. Aqui já é notável essa relação entre os agentes econômicos nas articulações financeiras em benefício ao empresário rural.

A principal concessionária de máquinas agrícolas (Super Tratores) de Bagé trabalha com a marca NEW HOLLAND, também dispõe do acompanhamento técnico nas grandes propriedades, pois esse acompanhamento segundo um técnico da EMBRAPA é necessário ao cliente para que as máquinas correspondam com sua capacidade (alto desempenho, e um acabamento da produção) proporcionando uma qualidade melhor na colheita e limpeza dos grãos.

Essas articulações estão sendo organizadas pela EMBRAPA, e acompanhadas pelos técnicos da EMATER, pois além dessas Instituições favorecerem as pesquisas nas áreas da pecuária, agora também tem realizado pesquisas de produtividade.

Entre essas pesquisas há uma relação entre a EMBRAPA Soja de Londrina – PR com a EMBRAPA Pecuária Sul de Bagé, pois estão realizando estudos na região que apontam os custos operacionais e as despesas com o cultivo em diferentes sistemas, sendo eles: Manejo da área, plantio, tratamentos no manejo (uso do agroquímico combate principalmente da lagarta, e também antecipam o prazo natural da colheita), e a colheita. Dentre o maior gasto entre esses sistemas fica no plantio com mais de 40% dos custos de produção.

Na prática acontecem essas relações, pois conforme são realizadas experiências na lavoura é necessário o contato direto entre: Concessionária de máquinas agrícolas, pecuarista, EMBRAPA e o Arrendatário e uma Instituição nova

que atua na região a Associação dos Revendedores de Agrotóxicos da Fronteira (ARAFRO).

As experiências tecnológicas favorecem o máximo de produção. Segundo o técnico que dialogou com essa pesquisa isso deve corresponder dentro do hectare de terra com a “verticalização”, ou seja, a terra precisa estar sujeita ao sistema sazonal (grão, pasto, pecuária) dentro da mesma. Não tem outra forma de trabalho para essa verticalização, não sendo com a mecanização da agricultura.

Para discutirem os aperfeiçoamentos o município Bagé nos últimos 4 anos recebe os Simpósios da Produção da Soja na Região da Campanha, sendo considerado um grande evento sobre a soja da metade Sul do Estado. Neste ano aconteceu em 26 de junho de 2017, essa atividade é organizada pela Associação e Sindicato Rural de Bagé<sup>12</sup>. As presenças principais desse ano foram a Senadora Gaúcha Ana Amélia Lemos e do Diretor-presidente da Celulose Rio-grandense Walter Lídio Nunes.

Os setores que participaram desse evento: EMATER-Bagé (Org.), EMBRAPA (Org.), IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz, Concessionárias representantes (NEW HOLLAND e JOHN DEERE), representantes da BAYER e SYNGÈNTA e a FARSUL - Federal da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Está sendo destacado neste trabalho esse Evento para que se possa entender a força de articulação do Agronegócio na região, no fato de ter todas essas empresas controladoras da agricultura no Brasil, mostra que as empresas rurais capitalistas atuam com muito rigor, e esse Simpósio foi o grande evento do ano para esses grupos.

Abaixo está a matéria que o Jornal Minuano destacou no dia 06/06/2017 sobre esse evento.

Na manhã desta terça-feira, dia 06, a comissão organizadora do Simpósio Produção de Soja na Região da Campanha, promovido pela Associação e Sindicato Rural de Bagé, reuniu a imprensa na sala de reuniões da diretoria para falar sobre a 4ª edição do evento, que acontece entre os dias 26 e 28 de junho.

---

<sup>12</sup> Fundada por ruralistas em 20 de setembro de 1904 em Bagé com o intuito de promover exposições e feiras na região. Hoje é a Entidade que Promove os grandes Eventos do Agronegócio na região da Campanha.

O coordenador geral, Ricardo Zuliani, falou dos nomes que vão compor a lista de palestrantes do evento, entre eles, a senadora Ana Amélia Lemos e o diretor-presidente da Celulose Riograndense, Walter Lídio Nunes, que vão palestrar no dia 26, à noite, na abertura do Simpósio. Além deles, também compõe a seleta lista, o economista-chefe do Sistema Farsul, Antonio da Luz, o Eng. Agr. Eduardo Muñoz, consultor técnico Porteira a Dentro, o Eng. Agr. João Paulo Sá Dantas, mestrando na Esalq USP, consultor e pesquisador de produção em soja, o Eng. Agr. Rodrigo Schoenfeld, Gerente da Estação Experimental do Arroz do IRGA, o Eng. Agr. Paulo Dejalma Zimmer, professor na UFPel, e o Administrador Pedro Blos, diretor da SIMBRASIL. (Jornal Minuano, 2017, p. 07).

Em relação à mídia local pelo menos três grandes empresas (Rádio Difusora Bagé, RBS/Bagé e Jornal Minuano) destacam de forma muito prazerosa como vimos acima à sociedade regional o avanço que o Agronegócio vem proporcionando e desenvolvendo, principalmente na divulgação daquelas empresas rurais que financiam programas e ajudam a manter essas Instituições de propaganda, entre elas estão: a Companhia MARFRIG GLOBAL FOODS, Associação e Sindicato Rural de Bagé, EMBRAPA Pecuária Sul. São as principais Instituições de articulação do empresariado rural e apoiadoras dos meios de comunicação.

A cobertura dos principais eventos ligados as oligarquias rurais de Bagé e região estão entre as principais notícias dessas Empresas quando se tem atividades fortes. É importante dizer que essas empresas de comunicação estão ligadas as oligarquias, pois muitos trabalhadores são filhos de fazendeiros, Empresários rurais, pessoas que estão nos órgãos públicos dos municípios.

A realidade apresenta um conjunto de situações na região que alteram a correlação de força tanto no município de Bagé que é o centro, mas também os três municípios pequenos. Essa alteração mostra como as forças econômicas-políticas atuam. Dentre essas atividades descritas acima é possível analisar como elas atuam diante da conjuntura política atual.

Portanto, a região de Bagé se configura como um centro de oligarquias articuladas para fins de interesses próprios no processo de domínio da agricultura da região. O pequeno agricultor está sujeito ao mínimo de acompanhamento técnico dessas empresas, o trabalho está sendo condicionado cada dia mais para a redução de atividades de agricultura nas propriedades pequenas.



### 3.2 As ações da EMBRAPA e da EMATER na colaboração com o Agronegócio na Região

Dentre os objetivos específicos do trabalho está a investigação das ações dessas Instituições e Políticas Públicas do Governo Federal e Governo Estadual (EMBRAPA e EMATER) na estruturação do Agronegócio na Região de Bagé.

Dentro dessa análise é importante dizer que a hegemonia do agronegócio articulado com as forças políticas da região tem estabelecido uma relação direta com essas instituições, como já vimos nesse trabalho a EMBRAPA Pecuária Sul é uma das colaboradoras e articuladoras das atividades do empresariado rural na região.

Nas suas atividades de pesquisa há sempre uma prioridade no quesito acompanhamento técnico das matrizes de produção aos plantadores de soja e pecuaristas. Portanto, serão analisadas as ações de cada uma dessas Instituições nas articulações político-econômica na região pesquisada.

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) como empresa nacional no apoio as pesquisas ligadas a agricultura do país, cumpre um papel no conhecimento científico para o desenvolvimento da agricultura no campo brasileiro. Para ficar claro dentro dessa análise, a EMBRAPA desde a sua fundação em 1973, em meio aos governos militares, sempre promoveu a pesquisa voltada aos interesses do capital.

Segundo Delgado (2012) foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), em seu segundo mandato, o Agronegócio foi relançado como uma política estruturada, com algumas iniciativas ligadas ao Governo e com isso a EMBRAPA como uma ferramenta do Estado era a responsável pela reestruturação das empresas rurais.

Entre iniciativas lançadas nessa fase do Governo para favorecer o crescimento e desenvolvimento dessa hegemonia, Delgado explica que houve: “Um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (EMBRAPA), a operar em perfeita sincronia com as empresas multinacionais do agronegócio”. (DELGADO, p. 94)

É neste cenário que a EMBRAPA Pecuária Sul em Bagé cumpre um papel nas articulações entre os grupos de empresários rurais na região e agora com os plantadores da soja, estabelecendo uma prioridade no acompanhamento e desenvolvimento das matrizes bovinas principais dos rebanhos das grandes fazendas e nas pesquisas de sementes de soja, articulando análises entre sementes e clima.

O aprimoramento da genética bovina tem ao longo dos anos contribuído para os pecuaristas obter uma apropriação e conhecimento das raças para a região. Projetos de bovinocultura tem favorecido o grande proprietário das fazendas, pois as pesquisas e adequação nas dependências da empresa são propícia para as investidas técnicas nos rebanhos e nas gramíneas em vista de qualificar a produção do setor na região.

O que fica claro no papel dessa empresa sustentada pelo Estado é o auxílio ao grande empresário rural (latifundiário, arrendatário da soja, empresas de frigoríficos), pois nessa relação é que se qualifica a burguesia rural e agroindustrial e consolida os grupos econômicos ligados ao agronegócio. Sem dúvida a EMBRAPA Pecuária Sul desenvolve atividades para favorecer somente esses grupos.

Em seu Site oficial é possível diagnosticar e entender esse compromisso:

A Embrapa Pecuária Sul tem larga experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nos Campos Sul-Brasileiros e está comprometida com a busca por soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável deste espaço rural, com foco no agronegócio de bovinos e ovinos e em benefício da sociedade. Os trabalhos já desenvolvidos e a atual carteira de projetos da Unidade refletem este comprometimento, através de ações de pesquisa multidisciplinares e que envolvem os diferentes agentes do processo de produção animal. (Disponível em <https://www.embrapa.br/pecuaria-sul/projetos>. Acesso em: 09 outubro 2017).

Neste último período a dedicação nas pesquisas está voltada as sementes de soja, pois a variação do clima da campanha tem exigido pesquisas para o aprimoramento e melhoramento das sementes para se adaptar a região.

Por outro lado a EMATER (Associação Rio-grandense de empreendimento e assistência técnica e extensão rural) tem se apresentado de maneira discreta nesses acompanhamentos, porém nas atividades fortes nas áreas de pesquisa e

implementação ela está presente, seja no acompanhamento técnico, como na articulação com outros setores.

Não se pode distorcer que no início dos assentamentos na região, principalmente em Hulha Negra a EMATER teve um papel destacado em alguns auxílios no apoio técnico e nas articulações de políticas públicas. Onde contribuiu na organização da produção, e muito auxílio no processo de encaminhamentos dos primeiros financiamentos às famílias.

No entanto, a EMATER é uma Instituição do Estado e por isso presta assistência conforme as determinações dos Governos. É importante destacar que ela esta vinculada aos Governos Estaduais, e, portanto reflete a orientação política de cada governo. Nos relatos das famílias pode se destacar duas dimensões do processo de acompanhamento dos técnicos nos assentamentos e nas pequenas propriedades.

A primeira dimensão é um relato satisfatório de famílias que se beneficiaram com as assistências da EMATER, sendo na contribuição do acesso ao crédito rural, contribuição com técnicas de manejo e plantio de plantas (pastagens, árvores frutíferas, hortaliças). E para muitos a iniciativa que melhor credência a assistência da EMATER são os cursos (Corte/costura, artesanato, culinária e outros) que favorecem na maioria das vezes algumas mulheres nas comunidades.

Portanto, esse tipo de assistência é pontual. Mas por outro lado há uma espécie de prestação de serviços de alguns técnicos que satisfaz algumas famílias, como por exemplo, preenchimento de notas no bloco de produtor, busca de vacinas para o gado, resumo final das notas no bloco. Serviços que muitas famílias não fazem e solicitam ajuda dos técnicos.

Na segunda dimensão da coleta de informações juntos as famílias da região e de alguns assentamentos sobre a atuação da EMATER na assistência técnica, é um relato de negatividade em relação ao que ela se propõe, mas não realiza. Segundo informações a assistência da EMATER acaba pecando no auxílio as famílias, principalmente nos assentamentos no qual ela vai, pois as visitas acontecem de formas periódicas, levando muito tempo para visitar as comunidades, em muitos casos as famílias não conhece quem são os técnicos.

Assim como no Site da EMBRAPA o Site da EMATER aponta elementos muito chamativos para quem acessa, mas principalmente a descrição de diferença no público destinado aos serviços. Porém na prática há um distanciamento no que se propõem enquanto ideologia, pois na realidade não se percebe seus compromissos.

Segundo membros da Coordenação Regional do MST na região colocam que:

Sobre a EMATER, podemos citar que é composta por técnicos competentes, trabalho voltado para o assistencialismo, valorizam tanto a agricultura familiar como o agronegócio, pois é uma relação institucional, pouco incentivo para agroecologia. (W. R Assentado em Candiota)

O site da EMATER destaca seu compromisso com as comunidades de uma forma simples e objetiva.

O trabalho da extensão rural no RS é um processo de educação não formal, direcionado para os públicos que vivem e atuam em atividades agropecuárias. Os extensionistas rurais são profissionais das mais diferentes áreas, capacitados no uso de diversas metodologias, e atuam como agentes de desenvolvimento rural, levando às famílias rurais tecnologias mais produtivas, com menores custos e mais adequadas ambientalmente, que possibilitem a essas famílias continuar vivendo no meio rural, produzindo com rentabilidade e com maior qualidade de vida. (Disponível em <http://www.emater.tche.br/site/regionais/bage.php#.WfEHMjtrwdU>. Acesso em 09 de outubro de 2017).

O que se pode afirmar entre essas instituições é que dentro das articulações dos agentes político-econômicos da região, elas não deixam de cumprir com o papel de articuladoras das relações entre as empresas rurais. Também se apresentam como facilitadoras nas áreas de pesquisa (EMBRAPA) e acompanhamento e auxílio periódicos (EMATER) conforme o agronegócio se organiza.

O que se pode acrescentar dentro desse diálogo são inquietações da situação atual da conjuntura política, pois o reflexo cai direto no acompanhamento aos assentamentos da reforma agrária. Neste aspecto a preocupação está sobre como ficam as famílias com essa conjuntura e com isso se apresentam desafios organizativos nos processos produtivos nos assentamentos.

A primeira questão é o tipo de relação é necessário estabelecer com essas Instituições principalmente com a EMATER que estará mais próxima do assentamento. Pois as conquistas coletivas do MST ocuparam um espaço importante nos territórios conquistados dentro da luta nos últimos anos nos três

municípios (Aceguá, Candiota e Hulha Negra). Essa conquista é a **COPTEC** - Cooperativa de Trabalho e Serviços Técnicos Ltda.

Houve uma diferença de atuação nas assistências técnicas. A **COPTEC** levou as famílias assentadas uma confiança política, e ganharam uma assistência com a base da luta, com a linguagem da luta, com a experiência de quem viveu a luta e hoje são assentado/a. Agora há uma preocupação com as reais necessidades das famílias, para a emancipação e dignidade. Sendo um dos destaques forte da COPTEC era a posição firme contra o arrendamento.

A conjuntura do momento tirou a tranquilidade das famílias assentadas. Uma segunda questão é como fica a situação dos assentamentos com a suspensão do contrato de assessoria técnica social e ambiental – ATES. Contrato esse que possibilitava a COPTEC assessorar e acompanhar os assentamentos da região.

E uma terceira questão é se as famílias realmente sentirão a falta de assistência, sendo que a organização dos assentamentos tem sido articulada de maneira independente no sentido das cadeias produtivas.

Ao contrário da EMATER sua atuação em outras áreas seguirá de maneira discreta, com isso não deixará de realizar sua relação direta com as oligarquias da região, no apoio e no auxílio junto a esse fenômeno da plantação da soja. Contudo as articulações em torno dos interesses da burguesia rural favorece o acompanhamento, mesmo que tenham os assentamentos como território em disputa política, há por outro lado uma prioridade ligada ao desenvolvimento econômico.

## 4. A CULTURA DA SOJA E SUA INFLUÊNCIA NA ORGANICIDADE DOS ASSENTAMENTOS DO MST

Nesta análise é importante trazer dados sobre esse fenômeno econômico que ganha força em muitas regiões do Brasil e no Rio Grande do Sul. A economia do agronegócio apresenta a falsa ideia de avanço e desenvolvimento econômico. A burguesia que domina a agricultura brasileira está ampliando a produção de commodities para a exportação.

O aumento dos mercados internacionais, principalmente o da China como principal consumidora da soja brasileira, transformou a agricultura e o campo do país. Pode ser observada, nas estatísticas agrícolas, a soja é a espécie de grão mais cultivada do agronegócio nacional, com uma área significativamente superior alcançada pelas demais commodities. A expansão territorial contínua do grão fez a sua produção crescer 27% nos últimos anos, em apenas cinco safras agrícolas.

O crescimento dessa produção coloca o Brasil na segunda posição mundial como produtor e exportador de soja. Em números, conforme dados da EMBRAPA soja de Londrina – Paraná, atualizado em junho de 2017, o Brasil fica atrás dos Estados Unidos. Na última safra 2016/2017, o Brasil produziu 113,923 milhões de toneladas, correspondendo a 36% em relação a produção do mundo, numa área total plantada de 33,890 milhões de hectares e com produtividade de 3.362 kg por hectares, sendo que o Brasil ultrapassa 16% da produtividade aproximada.<sup>13</sup>

O Brasil na última safra conseguiu atingir as metas de produtividade por hectares de uma forma expressiva. Internamente, os três maiores Estados produtores de soja no país, crescem também sua expansão em hectares no processo produtivo.

O Estado do Mato Grosso, por exemplo, atingiu na última safra 30,514 milhões de toneladas. Assumindo o posto de maior produtor do grão do Brasil com 27% da produção total em relação aos demais Estados. Produziu 9,323 milhões de

---

<sup>13</sup> Para maior detalhamento desta informação em anexo está o Gráfico 1.

hectares, um total de 28% da área total do país e uma produtividade 3,273 de kg por hectares atingindo a marca de 97% de produção<sup>14</sup>.

O Segundo maior produtor do país é o Estado do Paraná. Alcançou uma média de produção de 19, 534 milhões de toneladas na última safra, se colocando com 17% da produção em relação ao Brasil. A área plantada, foi de 5,250 milhões de hectares, com 15% em relação ao Brasil. O Estado que teve maior produtividade em relação ao Mato Grosso, ultrapassando 11% da produção em relação ao total do Brasil, com 3.721 kg por hectare.<sup>15</sup>

O terceiro maior produtor do país é o Estado do Rio Grande do Sul, tendo uma produção na última safra de 18,714 milhões de toneladas, com uma área plantada de 5,570 milhões de hectares e atingindo 100% da sua produtividade em relação aos Estados do Mato Grosso e Paraná.<sup>16</sup>

Entre os três maiores produtores do Brasil há algumas diferenças nos processos produtivos, como por exemplo, o Estado do Paraná tem uma maior produtividade em hectares por isso ele ultrapassa 11% da sua produção. O Estado do Mato Grosso colhe mais em toneladas, porém sua produtividade em Kg por hectares é menor do que os Estados do PR e RS. O Rio Grande do Sul atinge 100% de produtividade, ficando 3% acima do Mato Grosso, e em segundo lugar na quantidade total plantada em hectares 16% em relação aos dados totais do Brasil.

O Estado do Rio Grande do Sul, nos últimos anos, vem encontrando condições técnicas para uma rápida expansão da produção da soja. Na região de Bagé diversos fatores têm contribuído para tornar estável seu desenvolvimento. Dentre os principais como já mencionamos no Capítulo 3, está a atividade da EMBRAPA Pecuária Sul, em desenvolver pesquisa científica para a adaptação das variedades de sementes. O uso do sistema chamado de verticalização (grão “soja”, pastagem e gado) na mesma área. E por fim, a mecanização das atividades agrícolas.

O avanço da soja, como parte do agronegócio na região da Campanha foi retomado e fortalecido com a valorização do preço da soja para os mercados

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem

externos. Esta expansão, também encontrou espaço nos assentamentos, visto as fragilidades das condições socioeconômicas das famílias assentadas. Mas enquanto produtividade da soja, a maior parte corresponde a grande propriedade.

Na região pesquisada, a previsão para o plantio da safra 2017/2018 chega a 81.000 mil hectares entre os municípios de Bagé, Aceguá, Candiota e Hulha Negra<sup>17</sup>. Conforme veremos na tabela abaixo a produtividade total está calculada num rendimento médio por hectares de 8.992 mil. O cálculo da produção por município, realizado a partir da última colheita, sendo aproximadamente 55 sacos de 60 Kg por Hectares, correspondendo uma média de 2.326 Kg ha.

**Tabela 2:** Dados da previsão de safra 2017/2018 dos municípios pesquisados

Municípios	ÁREA (hectares)	Produção Toneladas	Rendimento Médio (Kg ha)
Aceguá	25.000	58.150.000,00	2.326,00
Candiota	9.000	19.494.000,00	2.166
Hulha Negra	12.000	25.200.000,00	2.100
Bagé	35.000	84.000.000,00	2.400
Total	81.000	728.352.000,00	8.992,00

**Fonte:** Construída pelo autor, dados EMATER/RS - ASCAR 2017/2018

O reflexo deste fenômeno da agricultura brasileira está muito expressivo na pequena propriedade, e também, se consolida como matriz produtiva dentro de muitos assentamentos do MST, na região. Alguns dos assentamentos visitados pôde-se perceber um formato de área plantada em lotes individuais. Sendo que na organização das famílias em muitos assentamentos, por interesse das próprias pessoas os lotes foram divididos de forma individual.

Segundo Gonçalves, em sua pesquisa realizada em 2015, sobre a cultura da soja nos assentamentos do MST da região, já chamava atenção para esse fenômeno nos assentamentos.

Na região da Campanha do Rio Grande do Sul e em áreas de assentamentos, tem sido observada, nos últimos períodos, a expansão da produção de soja, realizada com mecanização, uso de fertilizantes agroquímicos, herbicidas e inseticidas para controle de pragas e doenças. Esse modelo produtivo se distancia daquele próprio de uma agricultura camponesa, mais independente e com menos impactos, principalmente sobre os recursos naturais. (GONÇALVES, 2015)

<sup>17</sup> Os dados apresentados foram coletados nas tabelas de safra da EMATER/RS-ASCAR. Não foi possível encontrar dados específicos da produção da soja nos assentamentos do MST na região.



O tamanho dos lotes, desde o princípio foi destinado entre 19 a 25 Hectares por lote, isso se deu devido a grande extensão de terra das fazendas desapropriadas na região. A organização e quantidade divulgada por área acontecia por via dos acampamentos dentro do período dos dois ciclos dialogados no Capítulo 2 em que as famílias ocuparam as áreas.

Nos assentamentos da região, muitos trabalharam firmes na organicidade de diferentes formas de acordo com a produção de cada assentamento. As famílias pioneiras foram sempre as mais instigadas para o processo organizativo, tendo a base na organicidade do MST (núcleos de base, grupo do leite, por proximidade/vizinhança).

Ainda há esse tipo de organização nos assentamentos em que se estruturam as cooperativas coletivas do MST, por isso em alguns aspectos os associados se organizam para discutirem questões relacionadas à produção, infraestrutura, metas de produtividade, etc. Essa forma organizativa funciona praticamente em alguns assentamentos de Hulha Negra. Ficando visível o papel importante das cooperativas que ainda resistem nesse quesito de organização.

Por outro lado, os assentamentos mais afastados das sedes dos municípios e das sedes das Cooperativas encontraram mais dificuldades ao longo dos anos, pois a distância em relação à base organizativa, possibilitou as famílias desses assentamentos se organizarem de forma individual, tentando resolver sua vida econômica de forma independente e autônoma. Isso acontece em Candiota e Hulha Negra, no qual se encontram assentamentos com uma distância aproximada de 70 a 80 km da sede do município.

No município de Aceguá, os assentamentos são próximos da sede e da Colônia Nova (distrito) onde tem uma estrutura que favorece muitas famílias de assentamentos não somente do município, mas também famílias de Hulha Negra e Candiota, mas não significa que funciona a organicidade.

As condições reais dos assentamentos e das famílias (distância da cidade, estabilidade econômica, falta de organicidade), foram aspectos determinantes para o esvaziamento da estrutura familiar em muitos assentamentos. A solução para as

crises econômicas, investimento com infraestrutura no lote, de certa forma, força os membros da família a arrumar trabalho externo assalariado.

Essa realidade está mais influente com a entrada da soja nos assentamentos, através de arrendamentos de terras, atividade considerada pelas famílias como uma saída para a condição econômica na qual se encontram.

O MST está organizado por microrregiões: Aceguá, Regional Capivara, Regional Conquista da Fronteira e Regional Candiota. As regiões se organizaram de maneira diferente em três processos organizativos: cooperativas, grupos de produção, núcleos por proximidade (bolsões).

O primeiro está sendo mantido pelos assentamentos pioneiros em Hulha Negra, onde estão localizadas sedes das cooperativas (COOPERAL, COPTIL) Grupos dos associados do leite e uma agrovila. Ainda que tenha outras formas individuais de trabalho, as cooperativas realizam um importante papel na organização de algumas famílias a partir de suas unidades de Supermercados, proporcionam meios fáceis para aquisição de insumos, alimentação e outros utensílios de necessidades básicas para as famílias.

A segunda forma de organização são características de alguns assentamentos de Candiota e Aceguá, mas também assentamentos de Hulha Negra se organizam a partir da produção de acordo com as condições de cada família. A maior produção é o leite (por grupos familiares, por proximidade – uso de resfriador), seguida de sementes (Bionatur), mel e grãos, pequenos e grandes animais, artesanato (associação de mulheres) e outros. Esses grupos escolhem um coordenador/a que marcam as reuniões e encontros referentes a produção.

A terceira são os núcleos por proximidade, chamado de bolsões. Os assentamentos de Aceguá e Candiota estão organizados dessa forma. A cada dez famílias próximas forma um bolsão. Na prática pouco se reúnem, mas também é uma organização onde são escolhidas as coordenações e secretarias.

Dentro do assentamento se mantém a direção local. Em sua grande maioria, são pessoas que se disponibilizam para tal tarefa, não há uma indicação coletiva, muitos casos assumem somente uma pessoa (homem ou mulher).

Uma das características das quatro grandes regiões é a participação coletiva nas atividades pontuais, como por exemplo, lutas, Encontro dos Sem Terrinha Regional, torneio de futebol da reforma agrária, na organização e planejamento.

As discussões orgânicas do MST são acompanhadas conforme essa estrutura organizativa desse Movimento na região: Direção Estadual, Direção Regional e Coordenação Regional. Na prática, há uma preocupação com a situação dos assentamentos e das famílias. A região é grande, mas há outras produções coletivas que estão sendo organizadas e incentivadas como base para a organização das famílias (Associações de mulheres, grupo de produtores de mel) de maneira expressiva.

Conforme podemos perceber na observação de Gonçalves em sua pesquisa realizada em 2015.

Entretanto, enquanto em alguns assentamentos se observa avanços na organização da produção segundo projeto coletivo próprio, ou a valorização de uma produção mais autônoma calcada em um conceito de agricultura camponesa e integrada a circuitos comerciais alternativos, em outros assentamentos, principalmente naqueles onde a produção se faz em lotes individuais, observa-se a integração das unidades produtivas de modo subordinado ao circuito global de *commodities*, colocando em risco iniciativas coletivas. (GONÇALVES, 2015, p. 11).

Partindo da análise de Gonçalves, podemos dialogar sobre o arrendamento dos lotes para a cultura da soja. Diferente dos arrendatários rurais das grandes propriedades que na sua maioria não são da região. Nos assentamentos que migraram para agricultura do grão, os arrendatários são dos próprios assentamentos e são eles que estabelecem as relações de produção.

Para algumas pessoas da Coordenação Regional do Movimento há uma preocupação com os assentamentos e o que eles se tornarão no futuro.

O monocultivo de soja traz impactos severos para a organicidade do assentamento e para o MST como um todo e a sociedade em geral. As denúncias já não fazem diferença, as lutas não impedem a dominação do agronegócio. O monocultivo devora o solo, a água, toda diversidade sem limites. O ambiente saudável do campo transformou-se num lugar sem lei onde quem manda são as empresas e não o poder público. O prejuízo é de toda sociedade. O sistema de monocultivo não aceita o MST e causa um desastre ambiental, social e consegue enfrentar a crise com mais facilidade que a agricultura familiar. (C.W Coordenação Regional do MST).

Para a militância comprometida com a luta e ainda preservam a organicidade do MST nos assentamentos que perderam as raízes da cultura Sem Terra, ainda se colocam preocupadas com o que está acontecendo.

No meu trabalho de educadora do campo fora da escola, tenho me esforçado para compreender as razões das famílias que não conseguem explorar seu lote com recursos próprios e dependem dos arrendatários. As famílias arrendadoras garantem a exploração através do arrendamento que traz como benefícios a limpeza do lote e uma renda que a família não teria sem o arrendamento. Portanto, essa é uma saída encontrada para continuar no lote. (R.C assentamento Santa Vitória - Aceguá).

Para muitas famílias assentadas esse fenômeno do arrendamento é uma alternativa para as crises, mas por outro lado é uma forma de ter renda extra. Em alguns casos de pessoas que já se instalaram fora do assentamento tem o lote como uma renda garantida dentro de um contrato informal realizado entre os próprios assentados.

Como já mencionamos o arrendamento para o cultivo da soja não é a única característica atuante no assentamento que possibilita a saída das famílias para o trabalho externo. Já dialogamos que o próprio formato de assentamento estruturado ainda na década de 1990-2000 já influenciava o esvaziamento dos assentamentos para o trabalho assalariado externo.

#### **4.1 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO**

Para muitas famílias assentadas nesta região, o arrendamento do lote tornou-se uma alternativa para garantir uma pequena renda, mas também para resolver os problemas com os chamados inços (Chirca, alho macho e a grama paulista). Com isso limpa o lote e possibilita conquistar outros espaços de trabalho nas cidades mesmo sabendo que esta é uma falsa solução para a economia familiar.

Mesmo sabendo das contradições dentro dessas relações estabelecidas, muitos assentados direcionam a informação de que o arrendamento serve para a limpeza do lote, alguns conseguem aproveitar a área considerada limpa, porém não tem um segmento para uma produção mais específica de seu sustento e sua renda.

Essa força hegemônica está operando de forma violenta e trágica com impactos na autonomia camponesa e no modo das pessoas verem o

mundo. Os próximos anos são incertos e tenho medo de ser obrigada a abandonar o assentamento. Contudo, nós temos a tarefa de colocar em prática a reforma agrária popular e transformar as escolas e universidades para formarem sujeitos preparados de acordo com as lutas da classe trabalhadora. São muitos desafios para o poder público, entre eles, ter a equidade social destinando a cada família o que elas precisam. Não sei quando vamos superar o modelo imposto pelo agronegócio que está dentro dos assentamentos enquanto as mesmas pessoas assumem todas as tarefas da organização. (W.M. Coordenação Regional)

Na safra 2017/2018<sup>18</sup>, os valores de pagamento acertados ficam em torno de 6.000,00 reais por lote, deixando uma parte para os animais, pequena lavoura de subsistência e a moradia. Há outro negócio com base no valor da soja na colheita, sendo 8 sacas por hectare. Esse é o acerto mais comum. Com base no valor vendido na safra 2016/2017, o valor foi em média 60,00 reais = 480, 00 reais por hectare e hoje o valor encontrado é 79,00 reais a saca = 632, 00 reais por hectare.

Esses arrendamentos de terras tem a cada ano desestruturado a organização do MST em muitos assentamentos da região. Mesmo que não seja um fator único, mas tem deixado um vazio dentro dos espaços conquistados na luta. Esse vazio é a ausência das famílias dentro dos assentamentos, e por consequência acontece um afastamento do processo produtivo voltado à Agricultura Familiar<sup>19</sup>.

Há uma contradição interna dentro dos assentamentos e na compreensão das famílias assentadas na região, pois esses arrendamentos do ponto de vista legal não é permitido, pois os assentados tem a posse da terra, mas não são donos. Há um contrato de concessão de uso emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou seja, esse contrato não define dono e sim uso da terra. Portanto, não há fundamento jurídico que regularize os arrendamentos de terra dentro dos assentamentos.

Com esse processo de esvaziamento dos assentamentos, em muitos casos, quem sai para trabalho externo são os homens e a juventude, na busca por uma independência financeira. Na estrutura do lote arrendado acaba permanecendo as

---

<sup>18</sup> Os dados apresentados dessa safra foram coletados durante as visitas nos assentamentos da região, a partir dos diálogos com os assentados.

<sup>19</sup> Conforme Verbetes do Dicionário da Educação do Campo (2012, p. 32) Como categoria analítica de designação da agricultura patronal e da agricultura camponesa. Como categoria analítica, a despeito de algumas distinções reivindicadas no campo acadêmico, corresponde à distinta forma de organização da produção, isto é, a princípios de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família, em conformidade com a dinâmica da composição social e do ciclo de vida de unidades conjugais ou unidades de procriação familiar.

mulheres e muitas conseguem com muita vontade manter a pequena parte que sobra do arrendamento.

Poucos arrendatários trabalham com recurso próprio, outros conseguem financiamento em bancos ou cooperativas e há casos de arrendatários que tem as despesas custeadas por pessoas que tem dinheiro e máquinas, mas não fazem o trabalho, apenas acompanham e pagam os custos da produção.

Os assentados arrendatários se inspiram no grande agronegócio dos latifúndios, mas é difícil competir e quando isso estiver ameaçando os empresários rurais às ações serão diferenciadas. Esses plantadores assentados não conseguem prosperar, ou seja, não conseguem melhorar na qualidade de vida de suas famílias, pelo menos é o que se percebe em alguns assentamentos de Candiota.

Na prática não há enriquecimento da maioria dos envolvidos com a soja nos assentamentos, o que acontece são sobras de excedentes que na maioria se tornam investimentos de novas máquinas, principalmente as novas pulverizadoras específicas para a cultura da soja.

Pode-se destacar que nesse processo quem lucra com essas relações de produção são as empresas fornecedoras de máquinas/equipamentos e insumos. Ficando claro que depois de todo o esforço do assentado plantador e de todos os danos causados no ambiente e na organização interna, quem acaba lucrando é a grande empresa, o capital.

A condição de trabalho no período de plantio e colheita é precarizada para ambos (quem planta e quem trabalha sendo pago por dia o salário). Não há carga horária estimada nesse processo. Segundo um assentado que trabalha para um dos grupos que planta soja é “tocamos até quando o corpo aguentar no dia”.

Esse arrendamento na maioria dos casos é feito por pessoas dos próprios assentamentos, que têm uma estrutura um pouco melhor no sentido de patrimônio agrícola (trator, plantadeira, colheitadeira) e estão se motivando para o arrendamento dos lotes dentro do assentamento. Muitas vezes se colocam como uma resolução para as crises econômicas que algumas famílias enfrentam e se colocam a disposição para os problemas econômicos.

Para as famílias que arrendam não se coloca a terra como fonte de renda para a subsistência a partir de pequenas culturas, se coloca como uma renda extra e possibilita contar com isso no mês, mesmo que seja muito pouco, em torno de um salário mínimo.

O lote no assentamento se torna um espaço de moradia, pois com essa renda extra, muitas pessoas no assentamento, acabam saindo para trabalhar em espaços aos redores (fazendas, trabalho autônomo, e muitos migram para a Usina Termoelétrica em Candiota).

Durante a pesquisa em conversas com pessoas que não arrendam os lotes num assentamento de Aceguá, mostra que as famílias dos assentamentos tem conhecimento dessas relações de produção entre os arrendatários e dono do lote. Sendo que em outros assentamentos de Hulha Negra e Candiota a maioria das famílias não tinham conhecimento dessa relação.

Aqui quem planta soja são aqueles assentados que tem um trator tracionado, uma plantadeira, uma colheitadeira e o resto ele pede emprestado para outros assentados. A maioria fazem grupos de umas cinco pessoas, ai eles plantam seus lotes e negociam com os lotes aos redores. Aqui no assentamento plantam em torno de 10 a 12 hectares de soja por lote. Também já estão procurando terras em outros assentamentos e nesse ano vão colher bem, a previsão de pouca chuva para o verão e a soja não é bom muito água. (E.V. assentamento Santa Vitória - Aceguá)

O plantio por lote por esses grupos de acordo com as observações nos assentamentos visitados varia de conforme os contratos verbais entre o assentado dono do lote e os arrendatários, em alguns casos é realizado o plantio em todo o lote, ficando apenas as estruturas de casas e galpão isolados. O que chama atenção é a investida desses grupos para além do assentamentos, como o assentado menciona acima. Os lotes arrendados dentro do assentamento não é suficiente, é preciso buscar terras em torno deles para plantar.

As relevâncias nos detalhes das informações que as relações de produção estabelecem são importantes para que essa pesquisa possa dialogar. Neste sentido nota-se uma incompreensão de membros das próprias famílias que arrendam para a soja as relações enquanto valores (arrendamento, área, quantidade), pois se combina com um membro da família (Homem).

Olha varia muito aqui os valores dos arrendamentos. Tem um assentamento na Hulha que plantam e estipulam um valor de 900,00 reais por mês, ai

arrendam o ano todo. As vezes é feito um contratinho, mas não é registrado, aí o que acontece? Quando tem uns quantos lotes arrendados eles estipulam preços de 6.000 a 8.000 mil, mas alguns são espertos, para segurarem aqueles que querem sair do arrendamento eles aumentam um pouquinho até para segurar os outros. (E.V. assentamento Santa Vitória - Aceguá)

Também o que ficou visível em vários assentamentos é a despreocupação de muitas pessoas em relação ao que as famílias plantam. A maneira como a relação produtiva se estabelece é acompanhada somente pelos envolvidos em cada uma delas, ou seja, quem planta soja se preocupa só com sua cadeia produtiva, quem produz leite se preocupa com o leite e manejo do gado e das pastagens. A única forma de solidariedade entre essas duas cadeias produtivas dentro das relações de produção é o empréstimo de máquinas agrícolas.

Quando foi realizada essa pesquisa também foi necessário perceber quais são as perspectivas de vida das famílias dentro dos assentamentos e numa visão geral, pois as distintas opiniões das pessoas são opiniões voltadas para seus interesses familiares. A maioria ressalta que se capricharem e trabalharem mais no lote vão se desenvolver melhor economicamente, e por virtude dessa iniciativa o desenvolvimento e organização do assentamento.

Mesmo aquelas famílias que arrendam o campo, as opiniões são contrária. A uma expectativa de vida dentro do assentamento, pois com a derrota política que tivemos no último ano, trouxe, entre muitas perdas, o início do processo de titulação dos assentamentos, pois isso colocará as áreas de assentamentos disponibilizadas ao mercado do agronegócio.

Muitas famílias estão confiante com esse processo, pois a terra ganha valor caso queiram vender depois, porém isso é um problema interno dos assentamentos e historicamente esse problema tem sido vivenciado nas regiões. O que muitas famílias estão imaginando como uma forma significativa, mas que pode trazer muitos problemas ainda mais graves para a situação econômica.

Ao contrário desse pensamento, em alguns assentamentos a expectativa de vida é sempre desafiadora e positiva no sentido de melhorias a partir do trabalho familiar, da dedicação dos assentados. Contudo, os assentamentos da região têm enfrentado muitos desafios ao longo dos anos, isso faz parte da gênese das famílias



que ainda resistem e lutam por condições melhores, não somente para suas estruturas, mas pensam em melhoras ao assentamento.

A retomada da estrutura organizativa do MST motiva muitas pessoas que vivenciaram uma realidade em outros momentos. Isso é um dos pontos principais para a retomada dos aspectos principais que organicamente tem discutido nas instâncias diretivas do MST.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade que a pesquisa constatou, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura da região de Bagé está atuando em sintonia entre as matrizes produtivas (Criação de gado e plantio da soja). O que ficou claro são as articulações e atividades que estão sendo realizadas pelos agentes econômicos envolvidos com este processo. Essas atividades tem um envolvimento forte de agentes políticos, econômicos da região.

A modernização dentro da grande propriedade tem sido articulada com pesquisa qualificada de sementes de soja, genéticas de raças de gado, melhoramento de solo, estudos sobre máquinas agrícolas, etc.

Dentro desse diagnóstico é possível destacar como as Empresas ligadas ao Governo Federal e Estadual (EMBRAPA E EMATER), têm contribuído no desenvolvimento do agronegócio na região. O acompanhamento técnico tem possibilitado estudos e análises no melhoramento da produção e aperfeiçoamento na grande propriedade. E o reflexo disso é a expansão para a pequena propriedade.

Na pequena propriedade há um esboço da realidade das grandes propriedades. O que se identificou é o avanço da soja para dentro dos assentamentos, com isso foi possível através da pesquisa, buscar junto aos assentados que arrendam seu lote informações de como estabelece as relações de produção com o arrendatário.

Com isso é importante entender os motivos dessa produção entre os assentados que plantam soja e os assentados que arrendam o campo. Os plantadores de soja consolidam pequenos grupos dentro do assentamento, motivados pelo valor da soja nos últimos anos, assim como facilidade de comercializar na região e também porque havia condições práticas (a terra) sendo disponibilizada para o plantio. Portanto, um dos principais fatores que possibilitou a entrada da soja, foram os lotes poucos produzidos dentro dos assentamentos sendo disponibilizado para arrendamento.

O impacto desse avanço dentro do assentamento é visto pelas lideranças do MST como preocupante, pois os grupos que plantam soja dentro do assentamento

desarticulam e tomam as iniciativas de organização da produção, das famílias e do assentamento. Em geral tem causado um esvaziamento dos assentamentos, muitas famílias buscam alternativas de trabalho externo, porque seu lote está arrendado.

Ao mesmo tempo há os impactos ambientais que prejudicam as famílias que vivem no lote, que tiram a renda do lote, como produção de leite, milho, feijão, mandioca, hortaliças e mel. O uso de venenos na soja tem freado e reduzido esses cultivos, pois o uso de dessecantes e defensivos para combater os insetos e outras plantas que nascem na plantação tem transformado o ambiente de assentamentos, pois os agroquímicos usados na soja vêm gerando contaminação em outros cultivos e tem causado redução de algumas produções, como por exemplo, a produção de mel.

Diante de todas as situações encontradas e vivenciadas durante a pesquisa de campo, muitas lacunas precisam ser discutidas e tratadas como prioridade dentro dos assentamentos. O inimigo está empurrando cada vez mais o assentamento e as famílias para alternativas que descontroem a unidade coletiva no lote, no assentamento.

Não há uma receita pronta pra trabalhar a reestruturação do assentamento em suas varias dimensões. O MST pauta estratégias coletivas que podem ser materializadas. Uma delas é importante trabalhar com as famílias. A adoção e estímulo de novas técnicas agrícolas mais adequadas e equilibradas com a capacidade da produção da terra, proporcionando a retomada da produção que possa ser comercializada e proporcione uma renda monetária estável para as famílias.

É preciso articular práticas que possam intervir na realidade. Retomar os diagnósticos com as famílias para analisar quais são as dificuldades reais que elas enfrentam. Assim pode-se pensar em alternativas que possam bloquear a ofensiva da soja e os insumos e venenos usados no plantio.

Conforme já vimos nesse trabalho, a região está consolidada com as articulações dos empresários rurais capitalistas, por isso é de extrema necessidade trabalhar para que os assentamentos sejam territórios organizados, se colocando como contraponto ao modelo existente.

As articulações políticas precisam avançar e chegar até o interior dos assentamentos. Mesmo que haja uma acomodação de muitas pessoas no envolvimento das iniciativas. É possível se trabalhar a conscientização a partir das estruturas que os assentados construíram, por exemplo, COPTIL, a Bionatur. É possível trabalhar outras formas de produzir grão, produzir sementes, mas que essa produção esteja vinculada aos desafios que as famílias camponesas têm diante da situação instalada no campo.

O Programa de Reforma Agrária Popular está sendo trabalhado de forma discreta, pois a maioria das famílias não tem vontade de participar de formação e a Direção Regional muitas vezes, assim como outras lideranças não estão preparadas o suficiente para as discussões nos assentamentos.

Portanto, a pesquisa mostra que há muitos desafios estruturantes para o MST na região e para as famílias assentadas. Mudar a realidade atual é uma tarefa árdua, no entanto, é preciso ações políticas para que esse trabalho possa mudar a maneira das famílias pensar sua forma de viver.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENHIMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Histórico. Disponível em <http://www.emater.tche.br/site/regionais/bage.php#.WfEHMjtrwdU>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

BENETTI, Maria D. Perspectivas de Transformações Estruturais na Economia da Metade Sul. Porto Alegre. 2007. No Prelo.

CALDART, Roseli Salete. BÔAS, Rafael Litvin Villas. (Organizadores). Seminário Construção Histórica da Pedagogia Socialista: Legado da Revolução Russa 1917 e desafios atuais. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

DELGADO, Guilherme. Capítulo 5 Restruturação da Economia do Agronegócio anos 2000. [S. l.: S. N] 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA. Projetos. Disponível em: <https://www.embrapa.br/pecuaria-sul/projetos>. Acesso em 09 outubro de 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA. Dados Econômicos. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em 18 de julho de 2017.

GONÇALVES, Mauro Adílio dos Santos. **A Produção da Soja em Assentamentos da Campanha e as Implicações para a Autonomia dos Agricultores**. 2015, 39 f. Monografia: Universidade Federal de Santa Maria, Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo Santa Maria, 2015.

JANSEN, Suzel Lisiane. A Evolução da Estrutura Produtiva do Rio Grande do Sul: Uma Análise do período de 1940 a 1995/96. Artigo, Porto Alegre, 2010. Disponível em < <http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m18t01.pdf>>. Acesso em 30 de Abril de 2017.

HERLLEIN JR, Ronaldo. A peculiaridade da transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930. [S.L], [2010].

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Sistemas. Disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Assentamentos. Disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 18 de setembro de 2017.

LOPES, Cássio Gomes. LUCAS, Edgar Lopes. A Rainha da Fronteira: Fragmentos da História de Bagé. 1ªEd. Santa Maria, RS. Editora Palloti, 2015.

MAESTRI, Mário. Uma História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais. 1. A ocupação do território. 2ª ed. Passo Fundo: UPF editora, 2000.

MST, **Elementos para Compreender a História da Agricultura e a Organização do Trabalho Agrícola.** (Org. Adalberto Martins). 1ª ed. Novembro, São Paulo, 2016.

MST, Latifúndio: o Pecado agrário brasileiro. (Org. João Pedro Stédile). 1ª ed. Fevereiro, São Paulo, 2000.

MST, Debates em Preparação ao 18º Encontro Nacional do MST. Caderno de formação Nº 42, 1ª ed. Maio, São Paulo, 2017.

MST, História do MST: Construção Coletiva Curso de Licenciatura em História parceria ITERRA/UFFS. 1º ed. Dezembro, Veranópolis, 2015.

MST, **O Programa Agrário do MST**, 2ª ed. São Paulo, 2014.

MST, Subsídios sobre a Conjuntura Agrária – Especial para militantes da frente de massa. Caderno de formação Nº 43. 1ª ed. Abril, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo. MARTINS, Horácio. Agricultura Brasileira: Tendências, Perspectivas e correlação de forças sociais. (Via Campesina) 1ª Ed. Janeiro, Brasília, 2004

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Pecuária e Indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX.** Porto Alegre – RS: Movimento Editora, 1986.

PESAVENTO, **Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores.** Porto Alegre: Movimento Editora, 1980.

ROCHA, Jefferson Marçal da. A formação econômica na metade Sul do Rio Grande do Sul. [S.L], [2010].

SEHN, Pedro Selomar. ILHA, Adayr da Silva. Aspectos Históricos da Ocupação e Evolução da Estrutura Fundiária no Rio Grande do Sul no Período de 1940 a 1996. Artigo acadêmico, Economia e Desenvolvimento, nº 12, 2000. Disponível em <[http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/v\\_aspectos\\_historicos.pdf](http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/v_aspectos_historicos.pdf) > Acesso em 05 de maio de 2017.

STÉDILE, João Pedro. (Coord. Wanderley Locone). Questão Agrária no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Atual, 1997.

STRAZZACAPPA, Cristina; MONTANARI, Valdir. A Questão das Terras no Brasil: Das Sesmarias ao MST. 1ª ed. São Paulo: Moderna Ltda, 1999.

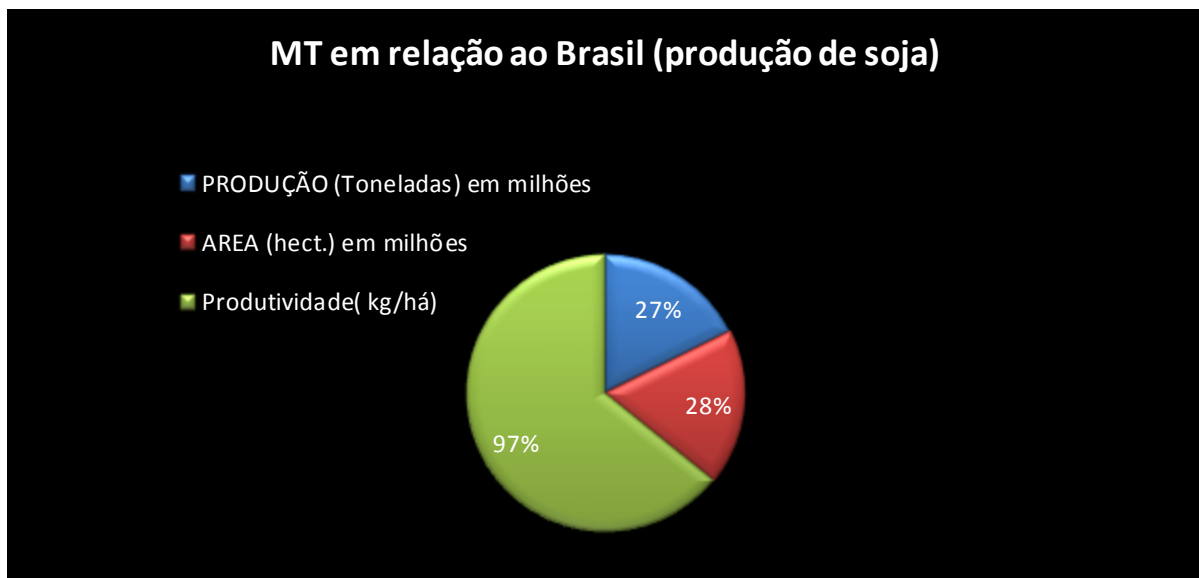
## ANEXO 1 GRÁFICOS

**Gráfico 1:** Produção de soja do Brasil em relação ao mundo.



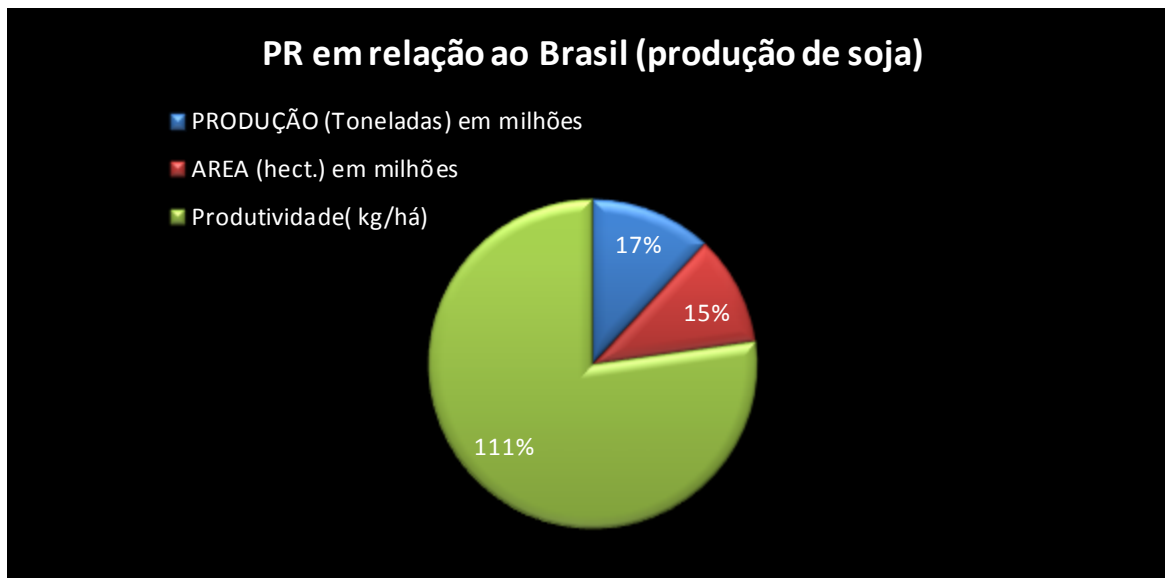
Fonte: Construída pelo autor. Dados EMBRAPA Soja Londrina – PR. Cultivos, dados econômicos 2017.

**Gráfico 2:** Mato Grosso em relação ao Brasil (produção da soja).



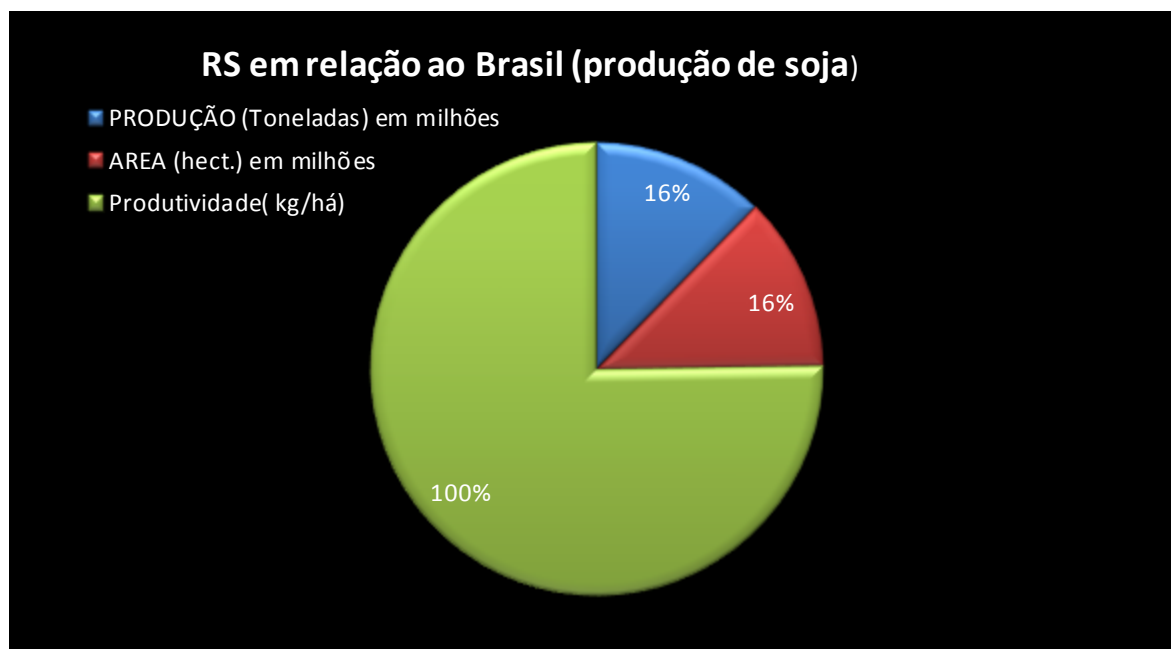
Fonte: Construída pelo autor. Dados EMBRAPA Soja Londrina – PR. Cultivos, dados econômicos 2017.

**Gráfico 3:** Paraná em relação ao Brasil (Produção de Soja).



Fonte: Construída pelo autor. Dados EMBRAPA Soja Londrina – PR. Cultivos, dados econômicos 2017

**Gráfico 4:** Rio Grande do Sul em relação ao Brasil (produção da soja).



Fonte: Construída pelo autor. Dados EMBRAPA Soja Londrina – PR. Cultivos, dados econômicos 2017.